



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 96

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-feira, 21 de Março de 2000

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e João Carlos Macedo (em substituição da Deputada Natividade Luz)*

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas e 20 minutos)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), António Meneses (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*) e do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*).

No **Período da Ordem do Dia**, foi debatido e votado:

— **Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Dispensa de serviço para participação em actividades culturais"**

— Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/99 — "Dispensa do trabalho aos funcionários e outros trabalhadores por conta de outrem, para participação em actividades culturais e de associações juvenis".

Intervieram no debate os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) a quem coube a apresentação do referido diploma.

Os diplomas em apreço foram aprovados, na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

José **Élio** Valadão Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do Nascimento **Ávila**

João Luis Sanchez dos Santos

Luis Machado Resendes

Manuel Goulart Serpa

Manuel **Herberto da Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Ana Carolina Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

José Maria Bairos

José Ramos Aguiar

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga **Greves**
Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com as **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ao contrário do que acontece noutros parlamentos, não é tradição desta Assembleia, os partidos políticos que realizaram congressos designarem algum dos seus deputados para darem conta ao plenário dos resultados do Congresso.

Não seria o Grupo Parlamentar do PS, nem eu próprio, que me atreveria a tomar qualquer iniciativa que significasse uma alteração das tradições desta Casa.

Nem fui destacado pelo meu partido ou grupo parlamentar, para celebrar, perante esta Câmara, os resultados do Congresso do PS/Açores começado em 10 de Dezembro do último ano do século XX e terminado, três meses depois, já em pleno século XXI.

Reconheça-se, que, só por si, esta singularidade, pelo menos para os cultores de curiosidades históricas, talvez justificasse algum registo.

Nem pretendo, por outro lado, de moto próprio, incomodar esta paciente Câmara com o “verso, registo – acta”, como diria o Saramago – poeta, dos acontecimentos e sucessos político-partidários do X Congresso do PS/Açores.

O meu propósito é outro. Mais modesto e pragmático.

Pretendo, apenas, trazer à consideração da Câmara algumas ideias que se cruzaram nos debates daquele Congresso e que, no meu fraco entender, possam, porventura, revestir-se de algum interesse geral, por se situarem para além das preocupação e dos limites de qualquer partido em particular.

Um dos temas, com essa abrangência, abordados no X Congresso do PS/Açores, consistiu numa reflexão, sobre as funções dos partidos na sociedade actual e as novas características que a evolução geral do mundo contemporâneo lhes foi impondo e, de modo particular, as transformações históricas e sócio-culturais ocorridas na vivência democrática e política nas últimas duas décadas da vida da sociedade açoriana.

Estas funções genéricas dos partidos políticos estão há muito analisadas e sistematizadas, segundo modelos e escolas várias da sociologia política e da politologia.

De entre todas as funções dos partidos, sobressai a função de representação, indissolúvelmente ligada ao sistema democrático implantado na cultura política do ocidente e hoje de dimensão cada mais universal.

Mas, ao lado desta função, como sua condição ou consequência, são referenciáveis, a função de organização e globalização, a função de expressão, a função de orientação e direcção, a função de estratégia e a função de diferenciação/integração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está fora de questão desenvolver, neste lugar e neste momento, considerações mais ou menos alargadas, mais ou menos sumárias, sobre cada um destes papéis dos partidos, na sociedade e a sua caracterização.

Até porque, no Congresso de que vos pretendo trazer aqui algum eco, tal análise também não foi efectuada.

Foi, contudo, acentuado um aspecto particularmente relevante nos tempos que correm.

Actualmente, os partidos têm de exercer, quase todas estas funções, em condições radicalmente novas e em regime de concorrência, com outros corpos sociais que, sectorialmente, e consideradas separadamente, as executam, por vezes, em condições de melhor racionalização de recursos e eficácia de meios que os próprios partidos.

Exemplifiquemos com dois ou três casos paradigmáticos.

Na sua clássica obra sobre os partidos políticos, Maurice Duverger resumia assim, os resultados da sua investigação histórico-jurídica, sobre a função de direcção e orientação, desempenhada pelos partidos da sociedade:

“Não constitui exagero se reduzirmos o funcionamento dos partidos ao esquema seguinte: os militantes dirigem os adeptos, estes dirigem os simpatizantes e estes os eleitores. Assim, os membros dos partidos não são uma sociedade igualitária e uniforme, mas uma comunidade complexa e hierarquizada. São também uma comunidade diversificada. A natureza da sua participação não é a mesma para todos.”

Este quadro, mesmo que esquemático, já não corresponde de forma nenhuma, à relação actual dos partidos com a sociedade envolvente.

Mesmo em termos de organização interna dos próprios partidos, as estruturas formais da sua organização estatutária, nem sempre correspondem às estruturas reais de direcção, orientação ou simples acção política concreta. Nalguns partidos nacionais e regionais é visível esta desconexão, entre os detentores eleitos do poder partidário e a capacidade de exercício real desta função.

Há muito líder partidário, que se limita ao papel de porta voz e muito porta voz que usurpa o lugar da liderança. Há muito líder local que exerce, de facto, uma liderança regional ou nacional e muito líder nacional ou regional, prisioneiro das fronteiras da sua facção interna ou do seu concelho ou da sua ilha.

Onde, porém, as alterações são mais notórias é na relação, entre os partidos e os diversificadíssimos e, por vezes, poderosíssimos interesses económicos e sociais, próprios da sociedade moderna. A função de orientação dos partidos encontra-se reduzida, no melhor dos casos, à linha política global de direcção da sociedade.

Mas são cada vez mais precárias, as condições para os partidos imporem, ao conjunto da sociedade, esta perspectiva do interesse geral que, no limite mínimo da sua função e justificação social, os partidos e as entidades legitimadas pelo voto popular devem preservar. Nomeadamente, porque os partidos políticos não conseguiram normalizar a articulação, entre o seu poder legitimado pelo voto e as organizações representativas de interesses sectoriais e parcelares.

Esta relação tende a perverter-se, por duas vias diferentes. Ou através do clientelismo corporativista, as entidades sociais, com capacidade de racionalização de objectivos, procuram servir-se dos partidos, para fazerem vingar os seus objectivos, dentro do seu campo específico de interesses e, deste modo, ganharem relevância política. Ou então, através da reacção defensiva dos partidos que procuram resistir a essas pressões, com a invocação da sua autoridade legitimada, tentando estabelecer equilíbrios de interesses, mas sem grande êxito. A não ser que marquem, claramente, uma linha de orientação estável e previsível que tenha em conta a existência e a relevância destas estruturas organizadas de expressão de interesses, dotadas de efectiva capacidade de racionalização e de acção concreta, muitas vezes superior, em âmbitos específicos, à do poder político legitimado e, mais ainda, à dos partidos.

Permitam-me ilustrar as afirmações anteriores, com dois exemplos concretos, retirados da nossa própria actualidade política.

A não aprovação, por esta Assembleia, do Plano a Médio Prazo, correspondente ao período desta legislatura, constituiu um dos atentados mais lamentáveis às suas competências. Veio-a ferir e diminuir, auto mutilando-a, precisamente, no coração das suas competências políticas de orientação geral e de legitimação, de princípios e regras de enquadramento da actividade económica e social da comunidade que nela delegou, formalmente, esta incumbência.

A abdicação, neste caso, acabou por ser dupla. Porque dupla é a obrigação desta Assembleia. Para com o Governo, que perante ela responde. Para com a sociedade, perante a qual esta Assembleia é responsável.

Para cúmulo da ironia da história, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Assembleia acabou por ser, ela própria, muito mais radical e, sobretudo, muito mais lamentavelmente eficaz na sua auto mutilação, do que uma proposta assinada por Mota Amaral, sobre a forma de rectificação, para uma Revisão Constitucional de 94/95, felizmente abortada e que reduzia as atribuições desta Assembleia, à aprovação das grandes opções do plano a médio prazo, em vez do próprio plano.

Outro exemplo: algumas das mais recentes propostas de resolução, apresentadas e aprovadas nesta Assembleia, caso das propostas sobre a deficiência e os concursos de professores, por exemplo, evidenciaram, precisamente, em alto grau, a dificuldade

desta Assembleia em gerir o seu poder legitimado pelo voto, perante as pressões de interesses muito limitados e particulares, feridos, real ou pretensamente, por decisões de carácter geral, de outro órgão de poder democrático, igualmente legitimado.

Também nestes casos, esta Assembleia abdicou daquilo que podia e devia fazer, em nome daquilo que é uma omissão, disfarçada de acção.

Recomendar, quando podia decidir. Resolver, quando podia legislar. Repetir, quando tinha competência para inovar. Pretender sintonizar-se com uma posição concreta, quando lhe competia orientar ou dirigir, segundo um modelo geral. Deveria rectificar e limitou-se a ratificar.

Deputado João Cunha (PSD): Onde é que está a moral?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está por aí!

Deputado João Cunha (PSD): Na tribuna não há nenhuma!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta que, de imediato, se impõe é óbvia. Como podem ou devem, os partidos e as restantes instituições dotadas do poder político legitimado de direcção ou orientação, normalizar estas relações, com as diferentes organizações sociais que, hoje, genericamente se designam por ONG's (organizações não governamentais), particularmente com aquelas que, por circunstâncias várias, traduzem interesses, com tal relevância social que se apresentam com as características de um interesse geral de facto, da própria sociedade.

Em esquema, e em tese, as soluções parecem-me poder reduzir-se a três.

Primeira: manter a situação actual, prolongando a indefinição e a ambiguidade, com o risco de continuar a acontecer que, quem tem a legitimidade não tem condições objectivas, para realizar a sua função de orientação consistente, enquanto, quem tem capacidade efectiva de racionalização de objectivos, não tem legitimidade ou não tem a perspectiva geral que, por definição, compete às instâncias do poder político.

Segunda opção: reforçar, ampliar e valorizar mais ainda, os diversificados conselhos consultivos existentes à margem do parlamento, como são as estruturas consultivas de vária natureza e âmbito como, o de concertação social, o da agricultura, o do transportes, etc., ou então, a existência, oficial ou oficiosa, de lobbies determinados

que funcionam paralelamente, às instituições do poder político – partidos e assembleias – tentando influenciá-las.

Salvo melhor opinião, a minha é que estas modalidades, nenhuma delas, ou não se enquadram nas nossas tradições, ou não têm revelado a eficácia esperada, ou condicionam excessivamente a função de orientação do poder político. Sobretudo, não me parecem corresponder às exigências da nova fase da chamada **democracia de acesso**, para que pareçamos caminhar, depois da fase da **democracia meramente representativa**, em que a legitimação do poder se punha para a sua origem, mas não para o seu exercício, ou para cada uma das suas divisões; da fase da **democracia representativa-participativa**, em que a legitimação das deliberações do poder político passou a exigir a consulta dos parceiros sociais; finalmente, a fase da chamada **democracia de acesso** em que se exige a presença e a influência directa da sociedade civil, no próprio processo de deliberação.

A esta razão geral ligada à evolução da democracia e das condições técnicas para o seu exercício, acresce, para o caso desta Assembleia, uma razão específica.

Esta Assembleia já representa, na sua origem, um esforço meritório e feliz, de fusão e conjugação de duas formas de representatividade e de duas Assembleias: a representatividade territorial que compete aos senados; a representatividade eleitoral ou política que compete aos parlamentos.

Na continuidade histórica desse esforço de racionalização não comportará ela, um novo grau de representatividade? Aquela a que poderíamos chamar **representatividade social plena**, correspondente à complexidade de estruturas, interesses e organizações, próprias da sociedade moderna em que já nos inserimos de pleno direito.

É a questão que fica no ar e, porventura, em debate social e político futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais três breves considerações sobre esta questão.

A primeira é que, uma solução deste tipo contribuiria para valorizar a função de representação que está no centro da função partidária e das instituições democráticas, mas cuja clareza e força é cada vez menos acentuada.

A segunda é que, quando os partidos integram independentes nas suas listas, pretendem alargar a sua representatividade social e política, para além das barreiras

partidárias, mas fazem-no, incluindo essas pessoas, na sua qualidade de cidadãos, portanto, na sua qualidade de portadores e sujeito de direitos abstractos e genéricos.

A solução proposta permitiria trazer, para os partidos e parlamentos mais cidadãos, mas na sua qualidade de portadores de interesses e direitos concretos e específicos.

Terceira observação: esta solução abre uma nova perspectiva, para a discussão tradicional, sobre a dimensão das assembleias quanto ao número de deputados.

Afinal, os parlamentos actuais são grandes demais, para a sua representatividade política e social ou, ao contrário são pequenos demais, se quiserem abarcar todos estes graus e dimensões da representatividade socialmente exigível?

É mais uma questão que se pode considerar em aberto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, permitam-me que aborde ainda, sumariamente, através de dois casos concretos, aquilo que se costuma designar por função de comunicação dos partidos.

A eficácia da comunicação das mensagens políticas à sociedade, sempre foi e continua a ser, uma exigência primária da acção política.

Esta eficácia sempre passou e continua a passar, por três exigências fundamentais.

Ser simples ou ser simplificada por formulas adequadas.

Ser directa, isto é, chegar ao seu destinatário sem intermediários.

Ser controlada pelo seu autor, isto é, pelo político que a emite.

Estas três condições eram relativamente fáceis de conjugar, há uma dezena de anos atrás. Os temas políticos eram simples e simplificáveis, por categorias ideológicas de branco/preto (esquerda/direita; progressista/conservador, etc). O contacto político era directo, no comício, na sede partidária, no jornal do partido.

O instrumento de comunicação era controlado pelo próprio político – o texto escrito ou a oratória tribunícia.

Hoje, os temas políticos são cada vez mais complexos, a diferenciação de posições ideológicas cada vez mais ténues, a necessidade de intermediários para a transmissão da mensagem política, cada vez maior e cada vez menos controlável pelo político – a televisão, o técnico, o jornalista.

Para mais fácil compreensão, vejamos dois exemplos tirados de dois congressos recentes. O congresso do PSD de Viseu e o congresso do PS de Ponta Delgada.

Um é exemplo de insucesso mediático. Outro, é exemplo, modelar, de simplificação comunicacional.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): Isto só para rir. Já me está a cheirar a papel rasgado!

O Orador: Vejamos ambos os casos concretos.

O primeiro do insucesso mediático, não com base em apreciação minha...

Deputado João Cunha (PSD): Não é sua, mas deve ser um pensador igual ao Sr. Deputado.

O Orador: ... mas com base em apreciação publicada nos jornais de que vos resumo a apreciação de um crítico que dizia:

"O Congresso de Viseu foi pobre na discussão. Nem uma única vez os delegados discutiram abertamente o que realmente estava em causa e o que sem o dizerem eles estiveram de facto a decidir: a capacidade comunicativa do líder da oposição.

Nunca se disse da razão do Congresso...

Deputado João Cunha (PSD): Cheira a papel rasgado!

O Orador: Se continuar a ouvir vai-lhe cheirar a coisas piores!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

... mas sem o dizer, a televisão, mostrou!"

Refere, em seguida, o perito que estou citando, falando dos vários intervenientes desse Congresso:

"Santana Lopes, um dos seus intervenientes maiores, tem reduzido o seu comportamento político à mesma necessidade de aparecer, que tem, por exemplo, Lili Caneças.

Há figuras que não se sabe que aparecem, mas aparecem.

Pergunta-se: em que acredita Santana Lopes?

Quais os seus projectos e as suas ideias?

Ninguém sabe, nem interessa.

Ele tem, todavia, uma eficácia comunicativa e aproveita bem a consequência de estar sempre na crista da onda."

Pelo contrário, de Durão Barroso, diz o mesmo crítico e suspeito que não é do PS e escreve para o Diário de Notícias:

"Foi a sua incapacidade em projectar uma mensagem articulada, que constituiu o motor da realização deste Congresso antecipado.

O problema de Durão Barroso não é a falta de ideias ou de compreensão da realidade do país.

Trata-se antes, da dificuldade em agarrar a política no seu âmago actual que é a comunicação e em especial a televisão".

Diz ele:

"Durão Barroso é desconjuntado, não só na expressão pública, como o mostraram os seus principais discursos no Congresso, mas na formulação da política na época da televisão."

Termina dizendo:

"Quando se ouve Durão Barroso responder a perguntas em entrevistas televisivas e conferências de imprensa, verifica-se que ele responde ao jornalista e à pergunta, enquanto o que hoje se espera de um político é que ultrapasse a pergunta do mensageiro e fale directamente para o destinatário, é o que fazem Portas, Marques Mendes, Santana Lopes ou António Guterres, entre outros."

Suponho que a leitura consegue demonstrar o que se pretendia dizer em relação à eficácia comunicacional exigida hoje para o político.

O outro exemplo de sucesso comunicacional na simplificação, diria genial, da mensagem política é retirado do X Congresso do PS/Açores.

A questão em debate era o complexo problema da maioria absoluta.

O problema que se colocava ao PS/Açores era, se devia ou não, pedir maioria absoluta ao eleitorado.

A questão afigurava-se particularmente melindrosa para o PS, porque parecia estar a pedir algo que o eleitorado recusara em 96, precisamente, por razões negativas, de que o próprio PS se fizera eco.

Os partidos da oposição nomeadamente o PP e o PCP, não se cansavam de acentuar os malefícios da maioria absoluta.

O debate circunscrito a este âmbito dos benefícios e malefícios da maioria absoluta, ameaçava eternizar-se.

Só havia uma forma de romper o círculo vicioso da polémica.

Analisar a realidade política, para além do slogan. O que é que ela nos revela? O seguinte:

O resultado eleitoral de 1996, ocasionou, de facto, a perda da maioria absoluta pelo PSD, na contagem dos votos. Mas ficou aberta a porta, para a reconstituição dessa maioria absoluta, através dos mandatos.

Para ela se efectivar, bastaria uma aliança parlamentar, de direito ou de facto, entre os grupos parlamentares do PP e do PSD.

Inicialmente, o PP resistiu à sedução do convite da maioria absoluta com o seu aliado natural.

Prometera ser charneira. E só podia sê-lo com o PS. Prometera o funcionamento desta assembleia, com maiorias relativas flutuantes e viabilizar o novo governo do PS que o contexto político e o voto maioritário dos açorianos tinham imposto.

O tempo, porém, foi passando. A memória social dos resultados de 96 começou a enfraquecer. O PP resolveu, então, voltar ao seio materno da maioria absoluta do PSD.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Não! Essa não!

O Orador: Sendo assim, o que é que mudou, em relação às maiorias absolutas anteriores a 96?

Apenas os protagonistas. Antes, o protagonista era somente o PSD. Agora, os protagonistas são o PSD e o PP. Antes, a maioria absoluta tinha o fundamento dos votos e dos mandatos. Agora, só o tem fundamento dos mandatos. Antes, era querida pelo eleitorado. Agora, foi-lhe imposta pelos partidos.

Se assim é, o que resta ao PS comunicar ao eleitorado?

Deputado Mark Marques (PSD): Antes era democracia. Agora não é!

O Orador: Apenas isto. Ou ele escolhe, se quer continuar com esta maioria absoluta que se constituiu à sua revelia e a reconfirma. Ou então, se a quer substituir por outra,

facultando-a ao PS, pela força do voto, já que o PS nunca a imporá, nem antes dos votos, apresentando-a como condição para governar, nem depois dos votos e contra os votos, fabricando-a, nas bancadas desta Assembleia.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo)

O Orador: Resume-se a isto, o golpe de génio comunicacional, do líder do PS/Açores.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Riam, riam! Depois verão o que está reservado!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fosse este, o único resultado do X Congresso do PS/Açores e ele já justificaria o seu lugar na história.

Mas não foi.

Também se abordaram questões, como o novo modelo de partido que se impõe construir. O novo modelo de sistema eleitoral que se tem de encarar. Um novo modelo de autonomia que se deve solidificar e, possivelmente, articular, de forma diferente, com as competências do Estado, completando as alterações constitucionais introduzidas na sua última Revisão Constitucional.

Tudo isto, ao serviço de um novo modelo de sociedade que, todos, devemos continuar a construir nos Açores. Cada um no seu papel.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas sem o rasgar!

O Orador: Também rasgar pode ser oportuno!

Interessa é que, cada qual cumpra o seu papel.

Deputado Mark Marques (PSD): Sem o rasgar!

O Orador: Consciente do mandato que o povo nos deu. Dos seus limites, e das suas novas condições de exercício.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, dirigente do PS, trouxe uma comunicação sobre a realização do último Congresso do PS.

O PSD que valoriza a vida democrática, os partidos políticos, a sua organização, saúda a realização do Congresso do Partido Socialista e a importância que tem na orgânica do mesmo e na vida democrática dos Açores.

O PSD não tem que imiscuir-se naquilo que é a orgânica e a vida própria do Partido Socialista.

Pela importância do Congresso, pela mediatização, por aquilo que foi tornado público, por aquilo que hoje o Sr. Deputado e dirigente do PS trouxe, existem considerações que não podem deixar de ser feitas mesmo aqui nesta Casa.

Fez bem em ter trazido algumas das suas considerações para aqui, mas Sr. Deputado e dirigente do Partido Socialista, lamento que a sua perspectiva tenha sido só e apenas a do *aparatchik*.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): De quê?!

O Orador: *Aparatchik*.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não percebe?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não conhecemos isso!

O Orador: Lamentavelmente, Sr. Deputado, o senhor trouxe aqui o alto elogio e nem sempre a realidade do próprio congresso, a tendência do mesmo e isso é que o preocupa.

É por isso que fazemos hoje as considerações que fazemos, aqui na Assembleia, ou seja, é que é relevante e há naturalmente no seio do PS e do seu Presidente, uma tendência autoritária e de unicidade, que é nefasta para o sentido de democraticidade que o Sr. Deputado aqui ou acolá revela, umas vezes contrariada com alguns

exemplos já aqui demonstrados nesta Casa e também hoje em partes da sua intervenção.

De qualquer modo, Sr. Deputado, para lhe avivar a memória, dentro do próprio PS, alguns companheiros seus dizem exactamente o oposto do que o senhor diz.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Camaradas!

O Orador: Alguns camaradas do seu partido — militantes — dizem:

"Como socialista, há muito tempo assisto com tristeza a uma certa acomodação de quase todos nós a um estado pardacento da gestão pública sem rasgos de asa capazes de galvanizar os simpatizantes."

Esta é uma versão de quem estando no partido, é crítico e observa sem a lógica do *aparatchik* (repito e pode aprender esse termo).

"O Congresso não foi de renovação: as mesmas pessoas no partido e no Governo. Não há justificação para esse facto.

Pareceu-me que finalmente iam aparecer orientações claras, directrizes imaginativas, grandes princípios, mas tenho pena, muita pena mesmo. Creio que a maior parte de nós acabou por perder esses belos momentos diante da extensão do discurso".

A propósito de discurso, designadamente do Presidente do Partido Socialista, diz outra militante do seu partido, outra camarada sua:

"Tendência autoritarista, a do discurso, e isto é preocupante".

Deputado Mark Marques (PSD): Camaradas não dizem isso!

O Orador: O Sr. Deputado tem, por hábito, invocar aqui o que dizem os jornais.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Eu não tenho.

Deputado António Meneses (PSD): Acabou de fazê-lo!

Deputado Mark Marques (PSD): Acabou de ler a Internet!

O Orador: Diz um editorialista distinto dos media da Região, que "a arrogância e a unicidade, são um percurso que o PS leva avante e isso é perigoso".

É com este estado de espírito, é com este descaramento que os senhores querem pedir maioria absoluta diferente de outra qualquer maioria absoluta?

A vossa tendência, essa sim, é de unicidade!

A vossa tendência, essa sim, é de arrogância e são notas e adjectivações de militantes do Partido Socialista!

Mas ainda invoco outro exemplo:

"Solidariedade entre militantes?

Solidariedade do PS e da sua governação para os açorianos sejam de que cor partidária sejam?

Respeito e cooperação pela opinião de quem quer que seja?

Não esqueça que um camarada seu por ter opinião diferente do *aparatchik* e do chefe, passou a ser *persona non grata*.

Não sou eu que estou dizendo, Sr. Deputado. É um militante, um camarada vosso que o disse.

É este o PS que o Sr. Deputado apregoa aqui como merecedor de votação e de confiança dos açorianos?

É este o retrato que os senhores querem impor durante 4 anos?

Devo dizer que se o senhor tivesse algum estado e alguma sensibilidade democrática, teria vergonha do seu PS, teria vergonha deste Congresso do PS, teria vergonha de expor estas razões aos açorianos.

Ainda temos mais!

"Arrogância administrativa, falta de cooperação, prepotência nas correcções que sugeridas são, inclusive por órgãos do Estado."

Foi o último relatório do Sr. Provedor de Justiça.

O que é que respondeu o Governo a essa matéria?

O Sr. Secretário José Contente, sobre essa matéria, tem os maiores pecados de arrogância, de prepotência e de ilegalidade, também em relação ao Provedor de Justiça, quer no relatório da Ribeira Quente, quer na questão do SAFIN.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só mais um reparo para o Deputado e dirigente do PS, Dionísio de Sousa.

O senhor aqui, e a propósito do papel - qual o papel que cada um deve ter - rasgou um documento!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Um papel! Apenas um papel!

O Orador: Rasgou um papel nesta Assembleia que para além da deselegância, para além do simbolismo e também do espírito democrático que tem ou não...

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... porque a atitude também é simbólica, o que o senhor fez, foi não só rasgar uma proposta do PSD que tem toda a legitimidade para a apresentar, mas também uma ambição, um anseio dos açorianos, dos encarregados de educação, dos pais e crianças portadoras de deficiência que estão preocupados com o rumo do projecto do Governo sobre essa matéria.

Devo dizer que nem sequer era uma posição sectária/partidária. Nem sequer era cooperativa!

Era uma preocupação dos pais, denunciada em Comissão própria desta Assembleia, cujo relatório foi aprovado por unanimidade, inclusive pelos seus companheiros, ou melhor, camaradas do Partido Socialista...

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e que já aqui foi relatado nesta Assembleia, nesta Sessão Legislativa.

O senhor e o seu partido, entre o que dizem, o que vos vai na alma e aquilo que efectivamente são capazes de fazer, não têm o mínimo de coerência.

O que pretendem fazer, pelos vistos, é — permitem-me a expressão — "vender banha da cobra".

Não pode ser!

Em democracia isto tem que ser denunciado!

Aqui, deixo este registo:

O PSD respeita o Partido Socialista e a realização dos seus congressos. No entanto, não pode deixar de apreciar que se traga parte dessa vida importante para a democracia ao Parlamento, mas não se engane muito menos os parlamentares, designadamente os da bancada da oposição.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou alargar muito sobre esta matéria, mas a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa desperta em mim alguma perplexidade.

O Sr. Deputado começou por dizer que não ia romper a tradição de trazer para o Parlamento a discussão de assuntos internos do partido ou de assuntos internos dos partidos.

Eu até gostava que o Sr. Deputado tivesse rompido (se é possível romper mais ainda do que aquilo que o senhor fez!) esta tradição.

De facto, se eu fosse rasgador de papéis ou utilizador de epítetos menos delicados para com os Srs. Deputados, eu deveria chamar-lhe a si, no fim da sua intervenção, quando o Sr. Deputado acabou por falar quase só e apenas dos congressos e nas questões internas dos partidos, o mesmo que o Líder do seu Grupo Parlamentar chamou a esta Assembleia, ou seja, um "circo", porque eu tive a lealdade de misturar um assunto parlamentar, um assunto partidário, quando fiz uma intervenção naquela tribuna cerca de uns 8 meses atrás.

Eu não uso dessas prerrogativas, nem os termos que os senhores gostam de usar.

Aqui não há circo, não há palhaços, não há bestas maravilhosas.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

O Partido Popular não tem aliança, nem de facto, nem de direito, com nenhum partido da Região Autónoma dos Açores.

O Partido Popular, ao contrário daquilo que o senhor diz, em termos parlamentares, cumpriu aquilo que prometeu aos açorianos.

Prometeu aos açorianos e pediu aos mesmos em 96, a não existência de uma maioria absoluta que se vinha revelando, até pela boca de muitos camaradas seus e mesmo pela sua boca, nefasta para o bom desenvolvimento da democracia e para a consolidação da autonomia nos Açores.

O Partido Popular prometeu e cumpriu ser a charneira que o povo açoriano lhe conferiu a 3 de Outubro de 1996.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Não abuse como abusou o Presidente do seu partido que em sede do seu congresso misturou o Partido Popular com o PSD e com o PCP, fazendo desta oposição uma maioria absoluta.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado:

Foi graças a esta oposição que muitas das propostas que caíram nesta Assembleia, **mal formuladas, inconsequentes e incompletas** do Governo Regional dos Açores, foram melhoradas a bem das populações do povo dos Açores.

Foram melhoradas em plenário, porque os senhores, em Comissão, não foram capazes de as melhorar, porque são incapazes de ir contra as posições do vosso Governo.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Foram melhoradas muitas vezes pelos deputados da oposição, a tal que os senhores querem misturar, mas não vão conseguir porque felizmente o povo dos Açores sabe em que matérias é que a Assembleia melhorou o desempenho do Governo e isto é uma prova de que o parlamentarismo, com a não existência de maiorias absolutas pode muito bem beneficiar a qualidade de vida e vida em geral do povo dos Açores.

O senhor sabe muito bem quais foram essas propostas. Aliás, o senhor enumerou daquela tribuna algumas delas e o Presidente do seu partido, neste tal congresso, também as enumerou como se fossem coisa ruim.

É bom que os açorianos tenham noção disto e que os órgãos de comunicação social dêem eco a isto.

Os senhores apelidaram esta oposição de ter esbanjado dinheiro do Orçamento, que iam ter prestações orçamentais muito melhores. Já é um mar de rosas, mas seria não só um mar de rosas, mas também de cravos, antúrios e de mais não sei o quê. Tudo o que tivesse aquela corzinha do rosa para o avermelhado, os senhores fariam uma coisa maravilhosa.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Que grande democrata apareceu naquela tribuna!

Que grande parlamentarista!

Então o senhor acha que esta Assembleia não representa a sociedade açoriana?

Não está aqui reflectida a representatividade social do povo dos Açores?

Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

É melhor olhar bem para todas estas bancadas, inclusivamente para a sua, e fazer de novo esta análise.

Deputados José Maria Bairos e Sandra Bessa (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não estava para intervir, mas após a intervenção muito acalorada do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que parece que andou a ler o livro de Michel Bongran e por isso fala em *aparatchik*, julgo que se deveria rectificar aqui várias situações.

Em primeiro lugar, o Governo não recebe lições de solidariedade perante autarcas seus.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe a arrogância!

Deputado João Cunha (PSD): Por isso o Grupo Parlamentar vai ser substituído!

O Orador: Eu gostaria de dizer que aqueles que receitam permanentemente humildade, são os mais arrogantes da história desta Região, porque tentam passar para a opinião pública, como se o povo açoriano não conhecesse, a vossa prática governativa de 20 anos nesta Região.

Gostam de branquear objectivamente esse passado...

Deputado João Cunha (PSD): Conhece-o bem!

O Orador: ... dizendo que não vale a pena falar dele, quando se tratam de coisas que os açorianos sabem.

Gostaria de dizer que os Srs. Deputados falam muito em solidariedade em relação a membros do Partido Socialista, invocando conceitos que não têm nada de jurídico, como a arrogância administrativa, defendendo contra o Tribunal de Contas umas vezes e outras vezes contra o Governo/Tribunal de Contas. Os senhores diariamente têm, de facto, uma confusão delirante em matéria política.

O povo açoriano já percebeu isso...

Deputado João Cunha (PSD): Já. É pena que só agora é que se aperceberam!

O Orador: ... sobretudo nos últimos actos eleitorais e perceberá nos próximos.

Os Srs. Deputados quando falam nas famigeradas maiorias absolutas ou não, estão preocupados com aquilo que várias pessoas...

Deputado Jorge Valadão (PSD): Quem é que falou nisso?

Foi o PS não fomos nós! Foi o Sr. Deputado Dionísio de Sousa ali na tribuna!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Quem é que falou nisso?

Os senhores é que estão sempre a falar nisso!

O Orador: Os senhores têm falado, permanentemente, que a maioria absoluta deste Governo ou de um próximo governo seria um caos nesta Região.

Eu faço-vos lembrar algumas palavras — e já vão perceber quem é que as disse há pouco tempo:

"Só interessa um projecto político que garanta segurança rumo ao progresso. A estabilidade é fundamental para o sector.

O Governo garante segurança em contraste com a confusão da oposição."

Deputado Manuel Azevedo (PSD): É o que eles diziam das maiorias absolutas!

O Orador: Por isso o Presidente do partido acentuou que "torna-se indispensável que os açorianos elejam com convicção, nas próximas eleições regionais, uma maioria clara, já que o actual quadro político regional representado no Parlamento não corresponde à vontade da população."

Foi Mota Amaral que o disse em 1992.

Deputado Mark Marques (PSD): E o que é que vocês diziam?

O Orador: Nós dissemos no Congresso do PS que aqueles que perderam as eleições não podem agir como se as tivessem ganho e aqueles que as ganharam não são obrigados a governar como se as tivessem perdido. Esta é que é a verdade!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa iniciou o seu discurso, comecei por ouvi-lo com muita atenção e, a determinada altura, julguei que nos ia proporcionar uma lição de ciência política. Efectivamente, os primeiros minutos da sua intervenção prenderam a minha atenção.

A partir de certa altura descambou e descambou, porque é algo superior à sua inteligência que a tem como instintivo.

Mostrou vários pecados e vários defeitos.

Primeiro, foi o de pecador reincidente.

Para ilustrar um determinado pensamento, não teve mais nada do que se lembrar senão do mais infeliz episódio que o Sr. Deputado em 20 e tal anos protagonizou na vida política açoriana. Teve mesmo que ilustrar aqui uma questão importante, com uma questão infeliz, ou seja, a do papel rasgado da educação especial.

Em segundo lugar, questionando as soluções futuras para a democracia, participação dos cidadãos, economia e profissionais, mostrou que era saudosista.

O que o Sr. Deputado fez em termos de participação dos grupos sociais, económicos e profissionais — é perguntar ao António Salazar e ao Mussolini— foi equacionar soluções cooperativas de participação de todas estas organizações ao lado dos deputados, na participação do poder político, na legislação. Isso são soluções cooperativas.

Por consequência, foi saudosista de uma forma que eu não pensava que o fosse.

Depois — e isto é uma opinião minha — foi um pouco ridículo, tentando comparar o Congresso Nacional do Partido Social Democrata, que bem ou mal todas as sondagens feitas à audiência mostraram que foi visto por milhões de portugueses, com o Congresso do Partido Socialista/Açores. Comparando os dois, disse que um não tinha tido nenhum interesse, não foi mediático, enquanto que o outro, o Congresso do PS/Açores e não o do PSD, foi muito mediático.

Pois claro!

No Congresso do PS/Açores, houve grande debate político, houve alternativas, questionou-se a governação, apresentaram-se novas soluções.

Toda a gente viu isso!

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois foi incoerente, em termos de solução política.

Em resumo, veio dizer que as maiorias absolutas do PSD, durante sucessivos mandatos, eram más, perniciosas para o povo e que a conjugação — não maiorias — objectiva perante questões concretas de vários partidos da oposição, eram uma maioria absoluta espúria e ilegítima nesta Assembleia, mas defendeu, na sequência do Sr. Presidente do Partido, que uma maioria absoluta no PS era óptimo para os Açores, era óptimo para a democracia, era óptimo para a economia.

Foi muito coerente!

Depois foi insidioso, na medida em que apontando uma questão que preocupa todos nós, ou seja, o aperfeiçoamento da democracia, da melhoria do tal novo modelo de sociedade, veio efectivamente defender, este modelo de sociedade socialista.

Nós queremos a melhoria da sociedade e da democracia, mas não queremos uma sociedade empastelada, frentista, uma sociedade em que se mete tudo no mesmo "caldeirão" e de uma forma insidiosa se vai dominando de forma tentacular a sociedade.

Nós não queremos uma sociedade empastelada nem muito menos o empastelamento rosa.

Nós queremos a melhoria da nossa sociedade com um aperfeiçoamento da democracia, com a resolução dos problemas sociais.

Não queremos a vossa sociedade, porque ela torna a democracia pouco saudável.

Por que é que ela é pouco saudável para vós?

É porque V. Exas. já assumiram por diversas vezes que não se dão bem com a oposição. Aliás, foram oposição durante muitos anos.

No último mandato do PSD foram tão boa oposição que chegaram ao poder, mas não se dão bem com a oposição. O que queriam efectivamente era que a oposição não vos incomodasse, não vos atrapalhasse.

Em termos de conclusão, poderei dizer que os açorianos já começam a perceber que o PS, com maioria relativa, já tem estes problemas em lidar com a oposição, já tem alguns tiques de arrogância e de prepotência que, com maioria absoluta, a situação seria muito mais complicada.

Ao contrário do que os senhores pensam, os açorianos, a sociedade açoriana, já começam a perceber isso e estou convencido que vos vão dar a devida lição no próximo mês de Outubro.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, Sr. Deputado António Meneses:

Começava pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e num caso concreto que, no meio da oratória do Sr. Deputado, foi afluído.

Eu penso que pela sua importância ele não deve ser afluído, ou fala-se nele ou não se fala.

Já que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro entendeu por bem falar nele, vamos falar e esclarecê-lo devidamente.

O Sr. Deputado referiu-se concretamente à última recomendação ao Governo Regional feita por sua Exa. o Sr. Provedor de Justiça.

Essa recomendação, como é do conhecimento público, tem a ver com alguns concursos ou algumas recomendações — duas, creio eu — de candidatos para cargos dirigentes da administração regional.

Eu gostava de começar dizendo a esta Câmara que ainda bem que houve reclamações ao Sr. Provedor de Justiça ou que possa haver — neste momento e sobre este caso concreto, confesso que não tenho conhecimento — aos Tribunais Administrativos.

Isto significa que estamos finalmente numa altura em que os cargos dirigentes, por vontade do Partido que sustenta este Governo, e finalmente, são por concurso.

Quando eram por simples nomeação directa de *aparatchik* ou não, aí não valia a pena, porque não havia a mínima possibilidade de recorrer ao Sr. Provedor de Justiça, ou muito menos recorrer aos Tribunais.

Deputada Berta Cabral (PSD): É preciso cumprir a lei!

O Orador: Aí, pura e simplesmente, o acto era, de todo em todo, arbitrário e sindicável.

Deputada Berta Cabral (PSD): É preciso cumprir a lei!

O Orador: Já lá vamos Sra. Deputada, Berta Cabral se me deixar.

Também gostava de dar conhecimento que, neste momento, foram sorteados 144 — e reporto-me à última informação que tenho, de 17 de Março deste ano — júris para concursos dirigentes da Administração Regional Autónoma. Estão concluídos 79 concursos.

É evidente que houve duas pessoas que reclamaram ao Sr. Provedor de Justiça, mas convém dizer que essas pessoas invocaram — é bom sabermos tudo, é bom sabermos isso — 6 razões, porque achavam que os concursos, ou melhor, o sistema de classificação final imposto pelo júri, não era correcto.

Para além do júri ser composto pela totalidade dos seus membros efectivos e suplentes, essas pessoas reclamaram e pediram a opinião do Sr. Provedor de Justiça sobre, nomeadamente:

— não terem sido avaliadas cumulativamente a experiência profissional até 5 anos e a experiência pelo exercício de funções de dirigentes;

— não terem sido avaliadas cumulativamente a experiência profissional na área do cargo a prover e a experiência profissional de funções de dirigentes relacionadas com o cargo a prover;

— ter ocorrido separação entre formação profissional em colóquios e na área dos congressos ou conferências, acções de formação de curta duração e acções de formação de longa duração, uma vez que se atendia mais à duração/acção do que ao conteúdo de exigências dos programas, credibilidade da entidade formadora e avaliação dos conhecimentos apreendidos;

— todas as actas serem cópias integrais — no dizer dos reclamantes — umas das outras, o que seria apontar a necessidade de adaptação a cada concurso;

— a valoração do grau de ensino não ter sido uniforme, nem ter correspondido à exigência de nível de ensino, pelo contrário, ter sido inversamente proporcional, visto

que do bacharelato fará licenciatura, o que crescia 5 pontos, mas já da licenciatura para o mestrado e deste para o doutoramento, 2 pontos.

Convém dizer que de tudo isto, o Sr. Provedor de Justiça entendeu que todas estas questões estavam no âmbito da discricionariadade daquele catejuris e apenas, relativamente à primeira, entendeu por bem dizer que, efectivamente, não fazia sentido que os membros suplentes do júris assistissem às ditas reuniões. Não faz sentido, resolve-se.

Em relação a isto, gostava de dizer duas coisas:

Em primeiro lugar, toda a gente percebe, mesmo que não corresponda à letra nem ao espírito da lei, por que é que neste caso muito específico, alguém pensou e teve a boa intenção de fazer concursos em que os suplentes assistissem.

Todos sabem que os membros do júri destes concursos têm que ser pessoas com determinado tipo de requisitos. Não são muito frequentes e não há muita gente na nossa administração pública que os tenha.

Isto leva a que, naturalmente, muitos júris tenham pessoas de várias ilhas e leva também a que muitas vezes essas pessoas, ou por razões de serviço, de tempo ou de transporte, não se possam deslocar para a ilha onde decorre o concurso. Assim, muitas vezes os suplentes participam mais do que uma vez nas actas e nas reuniões do próprio júri.

Toda a gente percebe aqui qual era a intenção.

Todos percebem também que isto, embora seja uma irregularidade, não tinha nada a ver com questões substanciais — essas sim é que poderiam ser graves — de imparcialidade relativamente aos candidatos.

Toda a gente percebe que agora se estão a fazer concursos!

Toda a gente percebe que o Governo é o órgão superior da administração, mas não é a administração!

Toda a gente percebe que o júri é um elemento que tem autonomia para fixar os critérios nos concursos em que está a participar!

Não recebe ordens da administração.

Deputada Berta Cabral (PSD): Oh, que ideia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Até recebe para não aparecer no júri!

O Orador: Eu espero que a minha intervenção não prejudique os vossos apertes.

O júri é uma entidade autónoma.

Como vemos, meus senhores, ainda bem que hoje há pessoas que podem reclamar, podem recorrer para os tribunais.

Ainda bem que estamos bem longe da orientação 13/90 do Dr. João Bosco Mota Amaral, quando dizia aos *aparatchik* e aos meninos do côro, que "insisto na prudência a ter na designação de funcionários ou agentes, de nomeação directa ou indirecta, do Governo Regional, para cargos de direcção intermédia, de representação em cada ilha ou concelho, ou simplesmente de responsabilidade. Há amargas experiências neste campo, com sério prejuízo para a imagem do Governo Regional."

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem!*

O Orador: "A administração deve ser isenta, mas em muitos casos responsáveis dela não o são e actuam descaradamente contra o Governo Regional e os seus apoiantes.

Tais situações não se podem tolerar.

Comprovados os factos, haverá que agir sem contempações."

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três considerações, em jeito de congratulação, porque esta discussão é a primeira prova de que uma das principais críticas dirigidas ao X Congresso Regional do Partido Socialista, não tem razão de ser, ou seja, o Congresso foi e está a ser, como se vê por esta discussão, importante.

Deputado Mark Marques (PSD): Já não estamos a falar do Congresso!

O Orador: Mas estou eu!

Deputado Mark Marques (PSD): Ah, então é importante para si, não para esta bancada!

Deputado João Cunha (PSD): Pergunte ao Sr. Presidente da Câmara da Horta se ele foi assim tão importante?

Ele é que o sabe qualificar!

O Orador: É um facto de certa forma demonstrativo daqueles que são os temas de discussão que prendem a atenção da oposição.

Em primeiro lugar a questão da maioria absoluta.

Essa questão parece que é arvorada pelos partidos da oposição em argumento, último e único, da crítica ao Partido Socialista e ao Governo, ou seja, esquece-se tudo o resto e a única questão em que o PS, o PSD e o PP divergem substancialmente, nomeadamente pelo facto dos partidos da oposição se lançarem desabridamente numa contestação à necessidade, à utilidade ou aos benefícios de uma maioria absoluta, é efectivamente este motivo.

"Perca-se tudo, mas o que não pode acontecer é o PS ter maioria absoluta!" Este é que é o vosso raciocínio, o que é sintomático...

Deputado Mark Marques (PSD): Os senhores é que andam a dizer isso! Ninguém disse nada disso!

O Orador: ... de uma certa forma dos senhores encararem o nosso sistema.

Deputado Mark Marques (PSD): Vocês é que falam em maiorias à oposição!

Vocês é fazem a festa e atiram os foguetes!

O Orador: A questão da maioria absoluta, Srs. Deputados,...

Deputado Mark Marques (PSD): Está a falar no seu Congresso!

O Orador: Meus caros senhores, se me dessem oportunidade de acabar, eu agradecia.

Deputado Mark Marques (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: A questão de fundo prende-se com o seguinte:

Os senhores nunca ouviram da parte do Partido Socialista, nem nunca vão ouvir, o colocar como condição prévia para formar governo, a existência de uma maioria absoluta.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Era só o que faltava!

O Orador: Isso é sintomático de quê?

Isto significa que a questão da maioria absoluta, vem resolver aqui um problema entre os senhores e os eleitores açorianos.

Deputado Mark Marques (PSD): Os eleitores açorianos?

Nós estamos aqui nomeados!

O Orador: Quando eu refiro os senhores, refiro-me ao PSD e ao PP.

Deputado Mark Marques (PSD): E os eleitores estão desse lado!

O Orador: A maioria absoluta vem resolver um problema entre os partidos da oposição, nomeadamente entre o PSD, o PP e os eleitores açorianos. Sabem porquê? Porque os senhores teimam, fazem birra, em dizer que os eleitores açorianos se enganaram, ou seja, que este Governo não devia estar ali, por isso é que os senhores tentaram derrubar este Governo, por isso é que os senhores derrubaram o Presidente desta Assembleia!

Quem é que desrespeita?!

Quem é que aponta como principal prejuízo não haver uma maioria absoluta?!

São os senhores! Os senhores é que teimam em achar que o facto deste Governo estar a governar com maioria relativa, permite-vos coligarem-se para derrubá-lo.

Os senhores querem maior desrespeito?!

Deputada Berta Cabral (PSD): Onde é que isso está escrito?

O Orador: Ó Sra. Deputada, onde é que está escrito?!

A senhora anda aqui há quanto tempo?!

Anda há mais tempo do que eu. Já tem idade para saber que isso não funciona assim!

De qualquer das formas, quem tentou desvirtuar o normal e correcto funcionamento de um governo em sistema de maioria relativa, foram os senhores, porque foram os senhores que o tentaram derrubar, ou não foi?!

Deputado António Meneses (PSD): E muito bem!

O Orador: E muito bem?!

Não, senhor.

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Agora chegamos ao caricato da situação do PSD e os outros partidos, arvorarem-se de que efectivamente nesta maioria relativa, tudo aquilo que de bom aconteceu, deu-se porque efectivamente havia maioria relativa!

Deputado Mark Marques (PSD): Tudo não, mas uma boa parte!

O Orador: Se não houvesse maioria relativa, não havia nada daquilo que os senhores fizeram.

Se eu ainda posso aceitar esse discurso, nomeadamente da parte do PP e da parte do PCP, embora não concorde com ele, da parte do PSD é que eu não posso aceitar de forma alguma. Sabem porquê?!

Porque os senhores têm uma história de 20 anos, que governaram em maioria absoluta e que desmente, linha por linha, todo esse tipo de discurso.

Se era tão bom, se era tão bom esse tipo de política, se eram soluções tão boas, por que é que os senhores em 20 anos não as puseram em prática?!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Por que é que era boa antes e agora não é?

O Orador: Porquê?

Porque não conseguiram.

Esta questão reporta-se a isto, tão simplesmente.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não percebemos!

O Orador: Perceberam, o problema é que não querem perceber, mas isso já é outra história.

Deputado João Cunha (PSD): Falta aí o advérbio **desabridamente!**

O Orador: Quanto à questão do Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD José Manuel Bolieiro, gostaria de dizer que o Sr. Deputado fez aí umas citações de opiniões de militantes socialistas que, efectivamente, diziam que "o partido assim... o partido assado".

O Sr. Deputado ainda não percebeu, ou parece que não percebeu, como é que deve funcionar um partido político.

A acusação da unicidade que o senhor pretende atingir esta bancada, pela estranheza com que encarou esse tipo de postura, é uma acusação que lhe cai bem, acenta-lhe que nem uma luva, porque o senhor estranha que num partido político possa haver opiniões divergentes.

Aliás, o senhor por estar num partido político que leva essas divergências ao extremo, devia saber que isso é perfeitamente possível. É natural o facto de haverem posições divergentes dentro de um partido, é natural que isso aconteça.

No entanto, pelo discurso que o senhor tem, vê-se que quem quer a unicidade, quem faz da unicidade um valor, um objectivo, um fim de actuação política, é o PSD e não o PS.

Deputada Berta Cabral (PSD): Nota-se!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado António Meneses, V. Exa. de uma forma tardia, chamou a atenção para um facto que ocorreu nesta Assembleia, ou seja, o facto do Sr. Deputado Dionísio de Sousa ter rasgado uma proposta do PSD.

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. Deputado orgulha-se disso?

O Orador: O que é sintomático da vossa postura e sintomático também de uma certa arrogância, isto é, considerar que aquela discordância veementemente expressa pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa...

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

... é um atentado à autonomia.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi um incidente parlamentar!

O Orador: Os senhores acham que só as vossas propostas é que são correctas e quem discordar delas, nomeadamente rasgando-as, está a atentar contra a autonomia; quem discordar das vossas propostas, está a pôr em causa os interesses dos pais; quem discordar das vossas propostas está a pôr em causa as necessidades da educação especial.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Podem discordar, rasgar é que não!

O Orador: Os senhores acham que quem discordar das vossas propostas, coloca os Açores em perigo. Porquê?!

Porque é um sinal de arrogância julgar que só os senhores é que têm razão.

Deputado Madruga da Costa (PSD): É de gente civilizada!

O Orador: Quer falar de gente civilizada? Vamos falar.

O que é que é pior, Sr. Deputado? É rasgar uma Proposta de Resolução, ou é pegar num Programa de Governo, de um partido da oposição que foi sufragado pelos eleitores, levantar um caixote do lixo e pô-lo lá dentro?!

Deputado António Meneses (PSD): Eu não sei quem fez isso!

O Orador: Não sabe?!

Foi o Sr. Dr. João Bosco Soares da Mota Amaral.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Quando é que ele fez isso?

Deputada Ana Carolina (PSD): Quando e onde?

O Orador: Consulte!

Nesse tipo de questões, os senhores tenham cuidado. Maior é a ofensa directa a eleitores neste caso, do que pela atitude de discordância.

Vamos falar do PSD. Vamos falar da arrogância.

É o líder do vosso partido que diz que só dialoga quando a lei o obrigar. É o Dr. Manuel Arruda que afirma "preto no branco" isto!

Deputado João Cunha (PSD): E o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais o que é que diz?

O Orador: É esta a vossa opinião?!

O Dr. Manuel Arruda diz que só dialoga se a lei o obrigar, se a lei não o obrigar não dialoga.

Acham isto correcto?!

Não acham que isto é uma atitude de arrogância?!

É o líder do vosso partido que diz que "eu não permito de forma nenhuma, que um vereador da oposição fale quando questionado regimentalmente por um membro da Assembleia Municipal!"

Deputado António Meneses (PSD): O que é que isso tem a ver para aqui?

Não esteja a "meter os pés pelas mãos"!

O Orador: Tem a ver, porque é um sinal de arrogância! Isto é um sinal de arrogância.

E sabe o que é dramático aqui?

É a arrogância do vosso partido! É a arrogância do líder do vosso partido!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Essa coisa de colar o Dr. Manuel Arruda à arrogância, pode esforçar-se, mas não chega lá!

O Orador: Meus senhores:

Nesta questão de arrogância, convinha primeiro que os senhores olhassem para aquilo que o líder do partido faz e depois então dirijam acusações a outros.

Era útil talvez para esclarecermos uma série de questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O cenário que está a ocorrer neste momento não é surpresa para ninguém, nomeadamente para quem há mais de 16 anos está nesta Assembleia, que se habituou a trazer ideias para discussão e sempre teve, habitual e genericamente, a reacção que está tendo neste momento.

Pega-se em slogans e não se pretende ir além deles.

Pega-se nas ideias, deforma-se e depois ataca-se a pessoa.

Este é o cenário habitual dos últimos 16 ou 17 anos. Isso voltou a repetir-se.

Apesar disso, eu insisto nesse comportamento, ou seja, em trazer aqui as ideias para a discussão.

Não vale a pena eu resumi-las.

De todo este debate, apenas uma pessoa pegou numa ideia, ou seja, o Sr. Deputado António Meneses que considerou que a minha proposta de integrar nesta Assembleia, através dos partidos — não tem nada a ver com outras soluções — podia ser uma forma de cooperativismo. É uma forma de cooperativismo assumida e enquadrada.

O grande mérito da democracia é enquadrar estas formas sociais, é enquadrar a complexidade da sociedade e trazê-la para aqui. É neste sentido que se deve encaminhar as soluções.

Foi a única ideia útil que apareceu neste debate.

Eu lembraria só que muitos dos partidos, nomeadamente dos partidos de origem socialista, nasceram nesta fase e seria um regresso a uma situação inicial.

Esta Assembleia não perde nada em integrar, como eu disse e volto a repetir.

Aliás, tudo o que disse, tudo o que afirmei, foi para que esta Assembleia visse nisso oportunidade, se quisesse aproveitar, discutir e debater estas ideias relacionadas com duas funções, e entre as várias os partidos, eu salientei, ou seja, a função de orientação política.

Por que é que ninguém rebateu o problema que eu levantei em relação a esta Assembleia ter abdicado da sua função de orientação política não aprovando um Plano a Médio Prazo?

Não foi um erro. Isto não merece ser discutido, merece ser repetido, tal como outras situações, ou seja, os casos concretos que aqui foram referidos.

O neo-cooperativismo de que eu já falei anteriormente e volto a repetir, é uma ameaça à função social dos partidos, quando se tenta enquadrar essas coisas em modelos gerais da sociedade.

É isso que tem faltado deste lado e é isto que esta Assembleia precisa de ser lembrada no dia-a-dia.

Eu já o fiz e voltarei a fazer, mesmo que seja "malhar em ferro frio".

Quanto ao problema da maioria absoluta, que foi citado a propósito de exemplo de uma necessidade de comunicação das mensagens políticas e como um problema novo dos partidos, o mesmo tem que ser encarado por esta Assembleia.

Podia-se ter tentado ir nesta discussão além do slogan, do adjectivo e da discussão puramente verbal a que se pretendeu resumir aquilo que foi dito.

Não se conseguiu resumir e não se resolverá o problema, porque ele mantém-se e é real.

Mesmo o problema político que foi referido da maioria absoluta para a oposição e maioria absoluta para quem for governo, é efectivamente a situação real que existe neste momento.

Não era a situação real com que esta legislatura nasceu, mas é a situação real com que esta legislatura acaba.

É perante esta situação real que os açorianos têm que decidir se querem manter a situação que se vive neste momento ou se querem outra solução.

Quanto ao resto e ainda relacionado com essa maioria absoluta, o que foi aqui referido como críticas vindas de dentro do PS, uma arrogância administrativa, por acaso os senhores leram o texto que aqui foi resumido?

Esse texto da Provedoria de Justiça é a prova de que o PS só tem vantagem em que organizações ou entidades exteriores e não políticas intervenham.

Examinem aquilo que o PS faz e chegarão à conclusão de que o erro cometido nem é uma ilegalidade, nem é uma incorrecção. Resume-se a algo para fazer melhor funcionar os júris no sentido de, as pessoas que participaram como suplentes, continuarem a participar também nas reuniões de decisão, nos critérios, porque esses têm influência nas pessoas.

Não há nenhuma preterição do direito das pessoas, não há nenhuma diminuição desses direitos, não há qualquer infracção aos direitos das pessoas.

Isto é a melhor prova de que este Governo faz duas coisas, tal como este partido, ou seja, faz a discussão, permite a mesma e possibilita-a. Este partido respeita as pessoas, os açorianos e a oposição.

No entanto, não está disposto a fazer cumplicidade com esta oposição escondendo a realidade que se vive nesta Assembleia. A realidade que se vive nesta Assembleia é a do funcionamento efectivo de uma maioria formada contra a vontade dos votos da população em 96.

Para resumir, resta saber, e é efectivamente esta questão que vos preocupa, se os açorianos vão querer continuar nesta situação, absolvendo a deturpação do sentido dos votos, ou se querem, pelo contrário, recuperá-la e voltar à situação que em 96 saíu das urnas.

Estas foram as questões postas por mim, estas são as questões postas a esta Assembleia para a função dos partidos e continuarão a ser, apesar de toda a discussão lateral que estas questões trazidas aqui sempre proporcionam.

Eu voltarei a trazer os restantes aspectos que abordei na sequência do Congresso do PS, que apenas foi e é aquilo que lhe dá valor, uma oportunidade para se discutir os aspectos essenciais e importantes da vivência política e democrática dos açorianos.

Foi isso que nós fizemos em congresso, foi isso que eu tentei fazer aqui e é isso que, lamentavelmente, os senhores não quiseram aproveitar.

O problema é vosso, como foi sempre vosso o do não aproveitamento de outras situações semelhantes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito breve em cada uma das posições que tenho em relação às diferentes intervenções que o PS e o Governo fizeram sobre esse debate que aqui se instalou.

Primeiro ponto:

Sr. Secretário Regional da Habitação:

Eu respeito, em qualquer uma das opiniões aqui emitidas, o direito à diferença e a uma análise oposta àquela que é a leitura da oposição. Isso é natural em democracia e é civilizado fazer o debate respeitando a opinião diversa, mas sem rodeios, emitindo também a sua opinião.

Os factos, alguns deles, não têm opinião, são próprios e valem por si.

Quanto a isso Sr. Secretário Regional, o facto é que em matéria de solidariedade, o Governo pode e deve receber lições.

Vou dar-lhe um exemplo que tem a ver exactamente com a nossa posição geográfica, neste momento.

Nós estamos no Faial, na cidade da Horta. Esta ilha sofreu um sismo há pouquíssimo tempo.

Essa solidariedade que o Sr. Secretário afirma em não receber lições de ninguém, não se pautou com a iniciativa legislativa que o Governo apresentou nesta Assembleia para resolver problemas concretos.

Toda a oposição, e não só a de maioria parlamentar, mas também a de maioria do número de votos, incluindo PP, PCP e PSD, alteraram essa proposta e fizeram, aí sim, um verdadeiro exercício de solidariedade para com os sinistrados, contra a opinião do Governo, contra a opinião do PS.

Outro facto indesmentível e não susceptível de opinião, é a falta de cooperação numa acção de solidariedade entre o Governo e a Câmara Municipal da Horta, denunciada pelo Presidente da Câmara Municipal da Horta, seu camarada, que por forma contínua emitiu opinião diferente da do Governo e passou a "persona non grata".

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. Deputado é que está dizendo isso!

O Orador: É este o Governo de cooperação?!

É este o Governo de solidariedade?!

É esta tão só uma opinião ou são factos indesmentíveis e reais?!

Segundo ponto:

Sr. Secretário Regional Adjunto:

V. Exa. diz que era preciso ler todo o texto da recomendação do Sr. Provedor. É verdade.

Devo dizer que sobre esta recomendação, até lhe louvo a sua atitude. Quanto a isso, Sr. Secretário, tem até o meu louvor, uma atitude bem mais cooperante, dialogante e humilde, inclusive quando anunciava, pela sua voz, a disponibilidade para corrigir e seguir a recomendação do Sr. Provedor.

Mas o senhor, no seu Governo, não teve um comportamento idêntico aos dos seus colegas, designadamente o Secretário em particular visado por esta recomendação.

É ou não é verdade, é ou não um facto, está ou não está para além da mera opinião, que a recomendação diz "arrogância administrativa do Governo, falta de cooperação, intolerância, designadamente na correcção sugerida pelos próprios concorrentes às atitudes e designadamente à formação do júri"?

Deputado Francisco Sousa (PS): É só essa!

O Orador: É ou não é verdade isto?

Foi isto que eu disse, é isto que os açorianos sabem e é o que o Sr. Provedor condena, um governo de exercício — naquele caso concreto arrogância administrativa — que não cooperou, designadamente nas respostas a um órgão de Estado e não aceitou a indicação, denotando uma falta de cooperação, novamente intolerância quanto às recomendações ou sugestões para corrigir as ilegalidades.

Estes são factos, não são desmentíveis, Sr. Secretário.

Deputados Manuel Azevedo e José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Há mais factos e outros intervenientes das bancadas do PS e do Governo falaram.

A demonstração de que esta é uma atitude permanente, ficou no ar nesta recomendação.

A verdade, Sr. Secretário Regional, é que em relação a outras recomendações, a inexistência do Governo foi pela negativa e ativa.

Foi a reacção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos à recomendação relativamente à calamidade da Ribeira Quente. Foi uma reacção ativa, também arrogante, de falta de cooperação e total ausência de humildade.

Mas há uma outra, Sr. Secretário Regional Adjunto, ou seja, a do SAFIN.

O Sr. Provedor entendeu interpretar — e ele não está, ao contrário do que parecem sugerir as reacções do Governo nessas duas recomendações — nomeadamente, a tomar posição partidária. Está a defender o cidadão, está a procurar solidariedade com os queixosos e encontrou razão na queixa formulada pelos beneficiários do SAFIN que perderam, por uma decisão administrativa autoritária do Governo, o subsídio que lhes tinha sido concedido por lei anterior.

Isto são factos, não são interpretações, não são leituras diferentes de análise política ou até mesmo legal.

São factos que denotam, evidenciam e denunciam essa tendência autoritária, também reconhecida por camaradas vossos do Governo e da governação socialista.

Terceiro ponto.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

V. Exa. diz que afinal rasgar papel é normal.

O Sr. Deputado tentou, eventualmente agora no seu novo cargo de Vice-Presidente e porta-voz, talvez estender a solidariedade do partido a um companheiro e camarada vosso, mas a verdade é que tentou desculpar o indesculpável e tentou fazer o elogio à insolência. Não faz sentido, Sr. Deputado.

A verdade é que aquilo foi também designado pelo Sr. Presidente do Governo e Presidente do Partido em recente entrevista, como "incidente parlamentar".

É sobretudo tentar desvalorizar aquela proposta.

O que para mim foi surpreendente, para os senhores foi uma coisa altamente incómoda, porque foi um acto irreflectido e se calhar hoje, conhecendo a personalidade do Sr. Deputado Dionísio Sousa, ele estará arrependido, de ter feito aquilo que fez, porque de facto tal acto não deve nada à elegância, ao respeito por esta Casa e ao seu funcionamento, sobretudo, ofende os pais daquelas crianças que

viam naquela resolução uma forma política e parlamentar de trazer à discussão nesta Casa, aquilo que eles tinham apresentado numa Comissão deste Parlamento e viram uma atitude precipitada, deselegante, ofensiva — permitam-me o adjectivo — talvez de alguma insolência na perspectiva de que é uma arrogância na exibição da discordância.

Não tem desculpa.

Não se pode fazer um elogio à insolência, Sr. Deputado.

Por isso, é preocupante que o senhor, em vez de encontrar um lamento à atitude, procurasse fazer um elogio. Não faz sentido, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E como é que classifica a atitude de colocar um programa no balde do lixo?!

O Orador: O Sr. Deputado em entrevista recente, — aí assim, num exercício de humildade — dizia que afinal de contas, é possível criticar, é natural que se critique medidas do Governo e reconheceu alguma deficiência na governação socialista na área da educação e da saúde.

Então, na continuidade desse exercício de humildade, o senhor não devia ter feito o que aqui fez hoje em defesa do indefensável. Não faz sentido, Sr. Deputado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Uma última palavra para o Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Na verdade, eu lamento até a adjectivação que tive que usar quanto ao seu acto, mas ele por si não tem qualquer interpretação. É de facto inaceitável, Sr. Deputado.

Esta opinião foi partilhada por muitas outras pessoas que consideraram mesmo — eu que fiz uma intervenção sobre essa matéria condenando a sua atitude — que a minha intervenção ou a intervenção da Sra. Deputada Ana Carolina foi frágil na condenação ao seu acto.

Houve gente, editorialistas desta nossa terra, que chegaram a dizer que a nossa reacção foi frágil, porque há a comum opinião do senso comum e obviamente do bom senso, porque é uma atitude inaceitável.

Não se faz, não se defende.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): É defender o indefensável!

O Orador: Eu não defendo o indefensável e não vou defender quem numa atitude concreta, não mereça defesa. Acabou.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Isso é em relação ao Jaime Ramos!

O Orador: Finalmente, e ainda em relação à última intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu concordo e é verdade que trouxe aqui temas para reflexão.

Aliás, terminou dizendo que são temas que ficam para a reflexão a fazer. Não se propiciou neste debate, porque até mesmo não sei se seria o momento mais oportuno.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não foi.

O Orador: É oportuno e fundamental.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é uma experiência de 20 anos!

O Orador: Exactamente e é isso que me preocupa, Sr. Deputado, porque faz-me lembrar aquele exemplo de um militar que estando com o passo trocado e sendo único, a mãe dizia que os outros estavam todos contra.

O Sr. Deputado já se questionou, por sinal, por que é que as suas intervenções ao longo de 20 anos sempre suscitaram este tipo de reacção?

Será que o defeito é dos outros deputados ou será seu?

Já procurou fazer um exercício de humildade?

Já procurou fazer num exercício de humildade uma correcção da sua forma de exposição, inclusive dessas coisas sérias que importam reflectir?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Desde a primeira!

O Orador: É isso que importa fazer, Sr. Deputado, porque não há dúvida que, designadamente aquilo que tentou trazer para aqui, quanto a uma reflexão sobre o sistema eleitoral, ou mesmo sobre a importância de um Plano a Médio Prazo, é correcto.

No entanto, o Sr. Deputado tem que aprender que a forma como traz esses assuntos, não é a mais ideal ou então começa bem e acaba mal nas suas intervenções.

Para terminar, e só para citar uma opinião de uma organização sindical — não sei se isso se inclui no conceito de cooperativismo do Sr. Deputado Dionísio de Sousa — ...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): É os TSD!

O Orador: ... relacionada com os concursos e toda esta transparência que foi afirmada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto. Diz o SINTAP no dia 3 de Fevereiro deste ano, já com toda esta alteração legislativa, porque as circunstâncias são diferentes quanto à legislação nova e quanto a isso não há novidade nenhuma, porque essa legislação exige os concursos e com isso querer contribuir para maior transparência na nomeação dos dirigentes, o SINTAP alerta para a necessidade de uma "maior transparência no processo dos concursos para dirigentes, nomeadamente ao nível da elaboração das fórmulas de classificação final de concurso, mais concretamente no que diz respeito à entrevista, enquanto método de selecção, que tem merecido inúmeras críticas e protestos por parte dos respectivos opositores ao concurso. São formas precárias de preenchimento daqueles cargos dirigentes ou então um excesso de nomeações em regime de substituição."

O Sr. Secretário, por acaso, tem tido em atenção estas preocupações do SINTAP?

Não defenda aqui que tudo vai bem no reino, porque ao que parece o rei também nessa matéria, e apesar da legislação, "vai nu".

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno contributo para este interessante debate.

Eu começaria talvez, porque creio que na minha primeira intervenção disse isso e depois não concretizei, por fazer alguns comentários à primitiva intervenção do Sr. Deputado António Meneses sobre esta matéria.

Na minha opinião, essa intervenção pareceu-me interessante e merece alguns comentários.

O Sr. Deputado manifestou preocupação por algo que penso que deve preocupar a todos, ou seja, o facto de sob formas encapotadas, cairmos nalguma nova tentação cooperativa ou cooperativista.

Penso que nesta matéria, o Sr. Deputado foi injusto para com o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, porque penso que ele é das primeiras pessoas que levantou esse problema,

nesta Câmara, e levantou esse temor relativamente a formas novas de neo-cooperativismo.

Efectivamente não se pode confundir cooperativismo com participação social ou audição social.

É nessa distinção que está efectivamente a linha.

No entanto, eu gostava de lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado António Meneses, ou seja, eu estou perfeitamente convencido, e penso que este mandato e esta legislatura é disso o exemplo mais cabal, de que a chantagem cooperativa cresce e tem crescido num debate parlamentar nublado.

Eu estou perfeitamente convencido que neste momento, à falta de projectos e de ideias, a oposição parlamentar vive das deixas dos jornais e das queixinhas dos cidadãos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é que é arrogância!

O Orador: Eu estou perfeitamente convencido que nesta altura, três cidadãos que se dirijam a um grupo parlamentar, também são uma manifestação, ao contrário do que anteriormente se dizia e dão direito a revolução.

É evidente que isto causa problemas e são exactamente os problemas de que o Sr. Deputado certamente tem consciência, quando se preocupa com o cooperativismo.

Os partidos políticos e o Governo, têm uma vocação universalista na defesa do interesse público e na defesa de todos.

Pode-se cair na tentação de defender aqueles que, por condições económicas, sociais, de ilha, etária, de acesso aos órgãos de comunicação social ou até de acesso a titulares do poder, ficam necessariamente em vantagem perante aqueles que não têm voz, não têm informação e que não têm maneira de chegarem a eles.

Nessa medida, Sr. Deputado António Meneses, no essencial e nos princípios, eu estou de acordo consigo e penso que é preciso combater as novas formas do neo-cooperativismo.

Penso que nesta legislatura o actual quadro parlamentar tem fomentado alguma chantagem cooperativa.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Gostava de dizer que, como sabe, o Partido Socialista nunca chamou ao Sr. Provedor de Justiça "força de bloqueio". Neste aspecto estamos à vontade.

Fico satisfeito por hoje o PSD ter uma opinião diferente, pelo menos o PSD/Açores, acerca do Sr. Provedor de Justiça.

Gostava de lhe dizer que nós temos respeito, lemos e tentamos cumprir também de boa fé, quando achamos que devem ser cumpridas, as recomendações do Sr. Provedor de Justiça.

É bom que isto fique claro, exactamente porque elas também são, porque a constituição e a lei assim o quer, recomendações, porque senão acabávamos indo para o sistema social.

De qualquer modo, elas merecem sempre atenção, respeito e fundamentação em caso até de não concordância.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esta intervenção prende-se apenas com o facto de eu ter sido citado pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, num âmbito com o qual seguramente não concordo e acho que não é o mais correcto.

As declarações que aí tem, efectivamente foram as declarações que proferi, e são talvez o tipo de postura que não é única do Deputado e do militante do Partido Socialista Vasco Cordeiro, mas que é extensível ao Governo Regional, a toda a esta bancada, a todo o Partido Socialista e, se me permite, modéstia à parte, apreciada pelo sociedade açoriana, isto é, esta capacidade de reconhecer que estamos mal, há aspectos que precisam de ser melhorados, há aspectos que podem ser corrigidos. Ninguém é perfeito, ninguém actua de forma sempre correcta e é da própria natureza humana haver erros.

Essas declarações inserem-se nesse tipo de postura que é a postura do Partido Socialista e do seu Governo, ou seja, reconhecer que há erros, há aspectos que podem ser melhorados, mas se fosse só para isso eu não me teria levantado para falar.

O que me parece questionável e discordo da sua intervenção, é de certa forma o tom que deu de que pelo facto de haver esse tipo de postura e pelo facto de, nomeadamente no meu caso ter proferido essas declarações, sempre que os senhores do PSD entendessem que há algo mal, a nossa obrigação, numa atitude da mesma humildade democrática, seria dizer que os senhores têm razão, nós errámos.

Sr. Deputado, sinceramente, isto é confundir humildade democrática, que deve existir, com submissão. Isto, o Partido Socialista e o Governo não fazem, não podem fazer, nem devem fazer.

Aquilo que o seu discurso indiciou, é uma tentativa de açambarcar consciências, é um exercício de sobrançeria intelectual, é um exercício de arrogância política, a que não se assiste já há muito tempo.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: Os senhores é que têm sempre razão!

Nós, sempre que os senhores entenderem que há algo mal, devemos concordar.

Sr. Deputado, não é assim que funcionam as coisas em democracia.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados (já não é preciso dizer Srs. Membros do Governo, porque já não há nenhum na Sala):

Peço a palavra não para repetir o que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata disse e muitíssimo bem, mas apenas para sublinhar alguns aspectos que me parecem que, em nome do PSD, era bom chamar a atenção para os mesmos.

Começo pelo primeiro:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa na sua intervenção, entre outras coisas, à semelhança e na sequência do que falava o Sr. Presidente do Governo numa entrevista que deu à RTP/Açores, sobre o facto de, durante esta legislatura, não ter havido um Plano de Médio Prazo, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, numa tentativa de lançar para a Assembleia o debate de ideias, diz que o facto de não haver um Plano e Orçamento e Plano a Médio Prazo, significa que este Parlamento se demitiu de uma certa função de dirigismo.

Para não dizer que não discutimos ideias, eu devo lembrar ao Sr. Deputado uma coisa e devo precisar um aspecto que julgo que tenho razão.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que já percebemos, a partir da intervenção do Congresso, da entrevista e agora depois da sua intervenção, que o Partido Socialista, porque não tem muitos outros exemplos para justificar a sua maioria absoluta — é bom também que às vezes, mais do que emoção, possamos fazer aqui uma argumentação mais analítica, mas interessa para saber quais são as verdadeiras razões, os motivos do Partido Socialista — e porque não tem muitos bons exemplos de obstrução parlamentar, desenterrou agora a questão do Plano a Médio Prazo.

Uns desenterram de forma menos habilidosa, o Sr. Deputado quis desenterrar esta questão de forma quase doutrinária, mas o problema é que o Sr. Presidente do Governo, e na sequência do acordo que tinha com o Partido Popular que não deu para ter também um Plano e Orçamento, só serviu para ter um primeiro Plano, desmistificou a importância do Plano a Médio a Prazo.

Eu não quero dizer com palavras, porque não quero mentir, mas está nos jornais e posso ir à procura disso.

Sei perfeitamente, recordo-me, lembro-me como se fosse hoje, do Sr. Presidente do Governo, líder do Partido Socialista, ter desmistificado, ter desvalorizado, o facto de não haver um Plano a Médio Prazo nos Açores.

O PS não venha agora, porque não tem razões para dizer que esta oposição obstrói a actividade governativa e uma vez que não tem mais nada para justificar, dizer que afinal não os deixaram ter um Plano a Médio Prazo, quando o Sr. Presidente do Governo Regional o desvalorizou.

Quando o Plano a Médio Prazo foi "chumbado" neste Parlamento, levantei-me e disse "eis a primeira derrota política deste Governo". Não foi aqui, porque não tem direito a declaração de voto, mas à saída o Sr. Presidente do Governo disse aos jornalistas que não tinha grande importância, que conseguiam governar sem aqueles instrumentos.

Digo-lhe mais Sr. Deputado:

Já que quer falar no facto desta Assembleia se ter demitido da função dirigista, eu devo dizer que, primeiro, isto não é um bom exemplo, é sim uma atitude

estrategicamente manhosa para justificar a obstrução do Partido Social Democrata e da oposição para pedir, manhosamente, uma maioria absoluta.

Depois, nós circulamos como todos os políticos nesta terra. Temos reuniões com empresários, com câmaras de comércio.

Devo dizer que poucas vezes — lembro-me até só de uma mera referência que me fizeram sobre isso — ou nenhuma vez, alguém nos disse "olhe que chatisse, não há um Plano a Médio Prazo".

Isto significa que, e olhando para outros exemplos que vão por este mundo fora — de facto eles estão a existir cada vezes menos — que cada vez mais há opções, grandes opções plasmadas num programa de governo, que depois vão ter tradução financeira e económica em cada plano anual.

Portanto, o PS não se venha queixar daquilo que não interessa que se queixe. Esta é a primeira apreciação.

Para concluir, nós não nos demitimos de uma função dirigista, nem cometemos nenhum atentado às competências do Parlamento, só que quando votámos, exercendo uma competência do Parlamento, achámos que era preferível não haver um documento dirigista mau, e por isso votámos contra. Era preferível então não haver nenhum documento.

Não me demiti, nem nenhum destes deputados se demitiu das suas tarefas.

Esta é a primeira questão das ideias associada naturalmente à prática, porque era também isso que o Sr. Deputado queria e para que não diga que também não se discute aquilo que tentou lançar neste Parlamento.

Em segundo lugar, a questão da importância dos partidos e da redefinição do seu papel nas sociedades.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, de facto, fez algumas considerações doutrinárias, outras certamente de conjugação com algumas referências que tem, mas é preciso dizer que a sua intervenção tem um pecado, ou melhor, um problema.

Não vale a pena falar em novos papéis na democracia dos partidos políticos, sem dar uma clara orientação sobre novos sistemas eleitorais.

Este Parlamento — nisso eu não critico o PS — e todos nós fizemos um esforço para mudar o sistema eleitoral, que é a questão central do relacionamento dos

parlamentares com a sociedade civil, seja com os interesses cooperativos, seja com a diversificação das classes que aqui estão, seja do que for.

Não vale a pena tentarmos lançar ideias sem querer lançar **a ideia**.

Não vale a pena nós fazermos diagnósticos sem querer mudar o cerne do problema.

O cerne do problema chama-se **sistema eleitoral dos Açores**.

Os partidos políticos com assento parlamentar não resolveram esse problema, a culpa não é de nenhum em particular, todos tinham algumas ideias, não foi possível obter um consenso.

Confesso — vou dizer isto e assumo alguma gravidade que isso possa ter — que não vou embarcar na hipocrisia político-partidária de me queixar permanentemente de um sistema que não mudo.

Se este Parlamento, sobretudo tendo em vista que não basta nem é desejável um acordo entre o PS e o PSD contra os partidos pequenos, não consegue obter esse consenso que é essencial, porque depois na Assembleia da República, como todos nós sabemos, por exigências legais e constitucionais é preciso maiorias reforçadas para o alterar, se nós não conseguimos alterar o sistema, não devemos, sob pena de sermos acusados de hipocrisia política, queixar-nos do sistema eleitoral.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isso tem a ver com um outro aspecto, ou seja, o problema das maiorias absolutas e das maiorias relativas.

Vamos ver uma coisa:

Este Parlamento, neste momento, é constituído por 24 deputados do PS, 24 deputados do PSD, 3 deputados do PP e 1 deputado do PCP, por causa dos votos do povo, por causa da opinião dos açorianos, senão tinha sido diferente.

Ninguém — e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa diz, mas sem razão e o PS, em certo sentido também diz sem razão — pode dizer que este Governo tinha que governar de outra forma, sem pressão parlamentar, porque o que nós às vezes fazemos é ir contra a vontade do povo.

O Sr. Deputado para dizer isso, tem que dizer que este sistema eleitoral é perverso, não tem o grau de proporcionalidade que permita a um governo sair de um acto popular que são eleições, tendo uma orientação definida e definitiva. O Sr. Deputado

não diz isso, por isso, a sua intervenção, também sob o ponto de vista doutrinário, tem mais um "pecado mortal."

Se o PS quer queixar-se de que esta oposição não o deixa governar consoante o povo disse, o PS tem que dizer, no mesmo minuto, no minuto seguinte, que este sistema eleitoral não serve, que ele tem um grau de proporcionalidade que não serve, é perigoso e indesejável.

O que disse no seu congresso o líder do seu partido, foi que por si poderia fazer um esforço de diálogo com os outros partidos, não queria uma alteração do sistema eleitoral que fizesse desaparecer os partidos pequenos, mas que acha que este tema está mais ou menos esgotado e que, porventura, se calhar é melhor ficar tudo como está.

Os senhores ou se queixam do sistema, alteram-no e apresentam uma proposta nesse sentido dizendo a verdade do princípio ao fim, ou então têm que aceitar que se pode governar com 24 deputados.

Agora, para governar com 24 deputados, é preciso o verdadeiro diálogo institucional. O que o PS faz muitas vezes é, fugindo ao diálogo institucional, faz a tal estratégia de comunicação directa com o povo, mas muitas vezes mentindo sobre questões da Assembleia.

O PS hoje, tem uma dificuldade fruto da estratégia do Partido Social Democrata e dos outros partidos.

Não pode dizer que não teve planos e orçamentos anuais!

Não pode dizer que viu a maioria dos seus diplomas "chumbados"!

Não pode dizer que não fez algumas reformas como é o caso do Estatuto Regional de Saúde!

O PS — e isto é que é a verdade — não pode encontrar no Parlamento razões para pedir uma maioria absoluta.

Por isso, está a desenterrar um Plano de Médio Prazo e, por isso mesmo, a maioria absoluta que deseja não é por causa do PSD, nem da obstrução do PSD, não é por causa do PSD e do PP até porque nós, além de não termos nenhuma coligação, as principais alterações que fizemos foi também com o PCP.

Nessa matéria os senhores de certeza não nos podem acusar de termos qualquer coligação.

O PS o que quer é uma maioria absoluta para se libertar, não da chantagem dos cidadãos, mas sim da pressão legítima e democrática dos partidos da oposição.

Nós, ao dirigirmo-nos ao eleitorado açoriano, também nos dirigimos ao eleitorado socialista.

Ao eleitorado socialista eu digo, nós dizemos, mesmo àqueles que preferem o Governo Socialista, que pensem bem, porque um Governo Socialista com maioria absoluta só terá uma consequência, ou seja, os defeitos vão aumentar, os defeitos vão engordar e as virtudes que para aqueles que gostam do PS com maioria absoluta, serão cada vez menores.

As eleições servem para escolher governos.

Nós vamos lutar para ser governo.

Para aqueles que acham que é a dimensão dos governos que interessa, de acordo com a experiência desta legislatura no Parlamento, a única vantagem que tem uma maioria absoluta de um Governo do Partido Socialista, é aumentar os defeitos e diminuir as virtudes.

Nós, não nos sentimos chantagiados.

Nós trazemos aqui — chamem-lhe interesses cooperativos ou outros interesses quaisquer — aquilo que nós entendemos que são justificações, recomendações, reclamações legítimas do povo açoriano.

Não temos tido a tentação de dizer sim a tudo.

Muitas vezes temos dito que não!

Muitas vezes não trazemos aqui proposta de iniciativas legislativas!

Muitas vezes também não trazemos aqui certas resoluções!

Muitas vezes trazêmo-las com a legitimidade que tem o voto do povo e de quem interpretando na sua função dirigista de correlação, de corresponsabilização com a sociedade civil, assuntos que são da maior importância para os açorianos.

É o caso do sismo!

É o caso das pensões de reforma!

É o caso do subsídio de insularidade!

É o caso dos deficientes!

É o caso da colocação dos professores e muitos outros!

Os senhores acham que isso é chantagem?

Eu não me sinto chantagiado, nem estou vendo onde é que está aqui o chantagista.

Esse problema existencial nós não temos e por isso vamos dizer aos açorianos que o sistema merece ser corrigido, mas não vamos mentir.

Como é que o PSD vai conjugar tudo isso?

O PSD na sua estratégia discursiva para o próximo acto eleitoral, vai ter uma mensagem muito clara e muito precisa que tentará ultrapassar os problemas do sistema e tentará fazer vingar as nossas perspectivas para a sociedade açoriana.

Através do discurso vamos tentar suavizar os problemas do sistema, vamos fazer um discurso aberto, frontal e esclarecido ao povo dos Açores.

A seu tempo, os senhores também saberão qual é esse discurso.

Depois, não vamos certamente nos queixar dos resultados eleitorais, nem querer — e aí sim os senhores fazem muitas vezes — "prostituir" aquele que é um resultado eleitoral traduzido em mandatos parlamentares.

Por isso falem verdade, não desenterrarem aquilo que não merece ser desenterrado, porque não tem importância absolutamente nenhuma e quando quiserem assumir responsabilidades e objectivos doutrinários, então digam tudo até ao fim.

Não escondam o jogo, não queiram ser doutrinadores, terem a capa de doutrinadores e ao mesmo tempo estarem apenas preocupados com a pequenina tática política.

Essa virtude, entre outras que porventura o seu discurso teve, não teve de certeza absoluta.

Por isso, eu queria precisar estes pontos que, na minha opinião, são importantíssimos, sérios e não são apenas argumentos de dialéctica parlamentar.

Julgo que são argumentos dirigidos certamente ao povo que farão com que ele pense bem em quem deve escolher no próximo acto eleitoral.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para além das considerações que representam as posições partidárias sobre a problemática da maioria absoluta ou não, a posição do PSD traduzirá perspectivas e análises diferentes da nossa.

Não revejo que haja qualquer ligação, nenhuma falha, pelo facto de eu não ter feito um tratado político completo sobre os problemas da autonomia, da democracia, dos partidos, da Assembleia Legislativa Regional em todos os aspectos da sua orgânica de funcionamento, todos esses aspectos passados, presentes e futuros, numa intervenção de um quarto de hora. Não era possível.

Eu fiz uma alusão a esses outros aspectos na parte final, mas prometo voltar a trazer aqui esses assuntos. Não há nenhuma ligação necessária entre as duas coisas.

O sistema eleitoral açoriano tem as limitações que nós quisemos que tivesse.

Na minha opinião, tem dois problemas por resolver. Não são problemas de proporcionalidade, mas sim de permitir a existência que se concretizou nesta legislatura apenas, indirectamente, entre a legitimidade dos votos e a legitimidade dos mandatos.

Isso pode resolver-se sem alterar o sistema. Se quisermos manter o sistema actual, basta uma cláusula de salvaguarda dizendo que, em nenhuma circunstância, isto poderá acontecer e indicando uma forma concreta qualquer para resolver esse conflito de legitimidades.

O resto é uma opção.

Uma opção, por exemplo, é que este sistema eleitoral não tem dimensão regional, inclusivamente tem dificuldades especiais em, dentro dos critérios do próprio sistema, avaliar o que é uma votação regional, porque os votos são para 9 círculos eleitorais. Tem uma proporcionalidade correcta dentro desses círculos, a proporcionalidade — volto a repetir — que nós quisemos que tivesse.

O problema começa quando se pretende desligar os votos dos mandatos e somar, por um lado, os mandatos e, por outro, os votos, dando uma dimensão regional ao sistema que ele efectivamente não tem. Esta é a outra problemática.

Não se pode adicionar votos que têm uma possibilidade diferente de ilha para ilha.

Esses são os dois aspectos do sistema que precisam de ser rectificadas ou que são de mais proporcionalidade ou menos proporcionalidade, de favorecer ou não a representatividade de ilha ou a representatividade populacional. É uma outra opção que pode ser feita dentro desse sistema ou que pode ser feita com outro sistema eleitoral.

Não há nenhuma ligação — como o senhor pretendeu estabelecer — entre as considerações que eu fiz sobre a dificuldade dos problemas novos e o exercício novo que necessitam os partidos e esta Assembleia para corresponderem às exigências e às necessidades da sociedade civil e o sistema.

Dentro desse sistema já é possível conseguir esta representatividade que, na minha opinião, estas Assembleias têm necessidade de ter para se acomodarem, para anteciparem ou para realizarem novas formas de democracia que estão a nascer neste momento, ou seja, as populações para se sentirem representadas nas Assembleias, nos Parlamentos, necessitam de interferirem directamente nas deliberações dessas Assembleias. O problema está só nisso.

Se se quiser transformar ou não as Assembleias para corresponder a essas necessidades, alguma coisa tem que ser feita.

É óbvio que isso não está dependente do sistema eleitoral.

O sistema eleitoral pode dar mais adequação ou não à população, às tendências representadas do ponto de vista abstracto e genérico na população açoriana. É apenas isso que podem fazer.

As duas coisas não estão condicionadas uma pela outra.

Quanto ao facto desta Assembleia se ter demitido, acho que é óbvio a demissão, mas é mau para esta Assembleia, porque criou a ideia na sociedade, através de um teste negativo, de que uma competência que nós tínhamos de poder elaborar um Plano a Médio Prazo, foi-nos retirada essa função, que é uma função de orientação.

A sociedade faz-se também sem ela.

É evidente que nesta modernidade, pode-se dizer que a sociedade e os agentes económicos passam bem sem um plano anual, sem um programa do Governo. Então não tenhamos nem Programa do Governo nem Plano Anual. É exactamente a mesma linha de pensamento.

Vozes dos deputados das bancadas do PSD e PP: Não senhor!

O Orador: Se governar durante um ano ou dois com duodécimos, é possível que ninguém diga que estamos desesperados porque não temos um Plano Anual ou um Orçamento aprovado.

Se for a prova da experiência, se for a prova empírica, chega-se à conclusão de que nada disto é necessário, porque a sociedade encontra meio de resolver isso de outra forma.

O problema está nos órgãos que têm as competências, não as exercerem, sejam quais forem as razões, até podem ser tacticamente justificáveis.

Porém, o caminho do não exercício das competências, é um caminho de demissionismo que tem consequências inevitáveis e/ou as Assembleias estão alertadas para isso, ou então seguem essa corrente de que efectivamente nada disso é necessário.

Faça uma sondagem ou leia os resultados a uma sondagem que pergunte que necessidade há de uma Assembleia da República ou de uma Assembleia Regional?

Veja os resultados e aja de acordo com eles.

É isso que quer fazer em relação ao Plano de Médio Prazo quando diz que falou com economistas e com empresários e ninguém lhe falou na necessidade do Plano a Médio Prazo?

Chegará à mesma conclusão, ou seja, nada disto é necessário.

Nós entendemos que é necessário!

Nós entendemos que deve ser feito!

Outra coisa é o tal problema do neo-cooperativismo. Não é uma invenção para aqui. É um problema das sociedades modernas e é um problema da função do Estado nas sociedades modernas.

Como é que se estabelece o interesse geral actualmente?

É por negociação, por acordo ao nível legislativo. Aqui tivemos exemplo. Nós tivemos a execução do concurso dos professores, que é a legislação actual e que foi obtida por esse processo.

Este é o processo actual de conseguir descobrir e encontrar o interesse geral que é aquilo que nós defendemos e o esquema de orientação geral para a sociedade.

É a este nível que eu faço a discussão. Não é nada de extraordinário, é aquilo que as pessoas estão despertas em todo o lado, mas parecem não estar nesta Assembleia e preferem invocar fantasmas e manter a situação actual. Eu julgo que está errado.

Outro caminho que também julgo que está errado, é esta Assembleia — e eu tenho exemplos e posso citar mais — fazer, sistematicamente, recomendações ao Governo para fazer isto ou aquilo, quando ela própria tem a capacidade de legislar e de decidir. Por que é que ela abdica também desta capacidade?

Está errado, do ponto de vista do não exercício, da omissão de exercício das funções desta Assembleia, fazê-lo.

Do ponto de vista do PS e do Governo do PS, é mais favorável, por isso quando faço a referência ao Plano a Médio Prazo eu não estou a usar, nem a favor nem contra, a opinião do Governo.

O Governo dirá sempre, seja qual for, que não precisa para nada de um Plano a Médio Prazo. Tem que dizer e não lhe custa nada dizer isso. É perfeitamente normal que o diga, como é normal que os agentes económicos também digam.

Porém, o que é normal é esta Assembleia que tem essa competência, que não pretende prescindir dela — nunca ouvi aqui a ideia de prescindir dela — não a exerça. Aí é que está a lacuna, o defeito e a necessidade de pensar este problema.

A ligação estabelecida entre o que pretendeu fazer, entre o facto de eu não ter tratado o sistema eleitoral e considerar como necessidade prévia a alteração a esse sistema para se dar passos em frente nestes outros domínios, não creio que esteja necessariamente ligada a uma coisa ou a outra, porque nós podemos continuar a entender — podemos também entender o contrário — que este sistema eleitoral satisfaz, mas as formas de exercício do poder político desta Assembleia e dos partidos, podem ser diferentes, devem ser diferentes e devem ser formas novas de responder a necessidades novas e a novos caminhos que se esvoaçam na democracia.

É isso que mais uma vez deixaria aqui salientado e continuo a pensar que é justificado esse esforço de trabalhar nesse domínio com limitações, com imperfeições, com os condicionalismos de quem vai falar durante 10 ou 15 minutos e não pretende fazer tratados completos de política, ou de formas de governação, que englobem todos os aspectos, todas as consequências, antecedentes e objectivos.

Eu trouxe alguns e trarei posteriormente outros, se continuar a considerar que é útil, mas não é por esse lado que se pode encontrar qualquer pecado ou qualquer lacuna naquilo que eu trouxe aqui.

Terá lacunas, terá limitações e imperfeições, mas esta não considero que o seja.

Obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho seguido este debate, suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, com muito interesse, pese embora algumas palavras que eu consideraria menos próprias por parte da bancada do oposição.

Eu nem sequer estava para intervir, mas de qualquer forma gostaria de dizer que o Deputado Dionísio de Sousa fez aqui uma intervenção que, em minha opinião, foi profunda e procurou de uma forma séria, reflectir sobre alguns aspectos e alguns problemas do nosso sistema democrático e do nosso sistema parlamentar.

A oposição pegou nalguns aspectos eventualmente mais controversos e não fora a última intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, teriam passado ao lado, os aspectos mais importantes que realmente foram aqui tratados.

Queria ainda dizer, e aí faço justiça ao Deputado Victor Cruz, acerca do sistema eleitoral, que não se chegou a entendimento porque não foi possível. Aí faço-lhe justiça, quando diz que a culpa não é de ninguém. Realmente, cada partido tinha o seu projecto e não foi possível chegar a consenso.

Gostaria de lhe dizer que o Presidente do Governo, ou Presidente do PS, em nenhum momento terá dito que ficava assim mesmo.

A posição do PS e do seu Presidente sobre essa matéria, é de que importa fazer um esforço para melhorar o sistema eleitoral, embora, como todos sabemos, seja difícil, até por algumas limitações de natureza constitucional.

Nós estamos dispostos a fazer esse esforço e eu próprio já o disse na comunicação social, estou disposto, junto com o meu grupo parlamentar, a iniciar diligências nesse sentido, não este ano, naturalmente porque é um ano de eleições, mas é uma questão que se poderá colocar logo no início da próxima legislatura.

O Sr. Deputado Victor Cruz falou em que o PS há falta de outros argumentos vem agora, manhosamente, arguir que o Plano a Médio Prazo faz falta, etc..

Sr. Deputado, nós não vamos falar de manhas, porque quando o senhor diz que isso é manha, mas que o povo que está lá fora percebe perfeitamente, gostaria de lhe dizer que o povo que está lá fora percebe muitas coisas acerca do PSD e percebe muito bem que o PSD e outros partidos se converteram muito recentemente a muitas coisas.

Um indivíduo do povo pergunta assim:

"— Por que é que estes indivíduos acrescentam mais ao salário mínimo nacional?!!

Por que é que estes indivíduos acrescentam mais às pensões?

Por que é que estes indivíduos agora são os grandes paladinos do subsídio de insularidade?!

Por que é que estes indivíduos em relação ao desporto, quando o governo propõe 10, eles propõem 11 e 12%?!"

Deputado Duarte Freitas (PSD): Por que é que estes indivíduos não cumprem as promessas da reconstrução?!

O Orador: Esse indivíduo lá fora diz:

"Mas esta gente que esteve no poder todo este tempo, só agora é que lhes deu para isso?

Só agora é que lhes deu esta vontade de servir os interesses dos povo?"

Essa manha, que é o termo utilizado por V. Exa., também é muito fácil das pessoas perceberem.

Se eu lhes acrescentar que eles fazem isso não é pelos bons olhos, realmente dessas pessoas, mas fazem porque é uma forma de criar dificuldades ao Governo, designadamente, dificuldades orçamentais, é uma realidade, porque os senhores nem sequer fazem contas.

É muito simples dizer que cada jovem leva 11.500\$00, cada pensionista leva "tanto". Agora, fazer as contas...?!

Eu já ouvi muitas vezes os senhores dizerem, inclusivamente a mim, "façam-nas vocês que a responsabilidade é vossa".

Quem está lá fora também vê isto e vê outras coisas, como por exemplo, aquilo que eu vejo, ou seja, quando chega uma carta de uma pessoa indignada com um problema, o que é acontece a essa carta?

Passada uma semana, a mesma é uma proposta de resolução do PSD ou do PP.

Eu recebo uma carta, que é enviada para todos os partidos, a dizer que querem uma marina, não sei aonde.

Passada uma semana, temos uma resolução dizendo ao Governo que faça uma marina naquele sítio.

Eu já vi isto e há exemplos nesta Casa.

Meus senhores, falou-se em hipocrisias, falou-se em demagogias.

Isto são exemplos de hipocrisia e de demagogia.

Eu acho interessante a forma como o Sr. Deputado Victor Cruz procura aconselhar e moderar o debate.

Porém, esta é a verdade.

A vossa conversão é de última hora.

Tudo isto que suscita essa vossa conversão, também é preciso que se diga, só é possível porque o PS está no Governo, porque se o PSD é que estivesse, os senhores nem sequer tinham hipóteses de fazer isso, porque não havia subsídio de insularidade, nem pensões de reforma, nem complementos a pensões, nem complementos de salários mínimos, nem nada.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Havia!

O Orador: Não havia, porque nunca houve.

As pessoas sabem disso.

Deputada Berta Cabral (PSD): Tudo tem o seu tempo!

O Orador: Não, Sra. Deputada. Não é tudo tem o seu tempo.

Houve tempo para fazer isso e as pessoas sabem disso e a seu tempo se não vão em manhas do nosso lado, muito mais convincentemente não vão em manhas do vosso lado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, esclarecer um ponto que me parece evidente.

Eu não tentei moderar nem amolecer o debate. O debate correu muito bem.

O Grupo Parlamentar do PSD não precisa de especiais exercícios de liderança para que os debates corram bem. Eu assumo isso com grande alegria.

Eu apenas me levantei para precisar alguns pontos, como qualquer outro deputado.

Não estou encerrando o debate, não estou coordenando, não estou fazendo a síntese.

Estou dando a minha opinião, fazendo o meu esforço, mas para isso eu não preciso mandar calar ou mandar falar mais.

Tudo o que está aqui é bom e tenho muito orgulho de qualquer um dos deputados.

Eu apenas quis precisar alguns pontos, porque se o Sr. Deputado Dionísio de Sousa não podia dizer tudo em 15 minutos, muito menos o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e o Sr. Deputado António Meneses podiam dizer tudo com menos tempo.

Comecemos pelo princípio:

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu não o critico por não ter feito um tratado, até porque eu acho que o senhor não o consegue fazer.

Em primeiro lugar, se acha que não consegue, eu não o critico por isso.

Em segundo lugar, não esperava que o fizesse.

Apenas o que disse foi que a sua ausência de referência ao sistema eleitoral, era um pecado, porque ao contrário do que o Sr. Deputado diz, o senhor está a ver sistemas eleitorais sem se lembrar que pode haver, no plano teórico, candidaturas que não sejam de partidos políticos.

Isso pode ser alterado num sistema eleitoral, ultrapassadas as limitações legais.

Portanto, não pensou bem nisso na sua reflexão.

O que está a dizer é que o problema eleitoral, porque está esquecendo que pode haver os círculos uninominais, centra-se no plano doutrinário e no plano teórico.

Por isso é que eu digo que se quisesse ir ao fundo da questão, a questão central seria certamente não da representatividade, mas também a da representatividade.

O que disse não foi que a sua ausência de referência ao sistema eleitoral não lhe permitia ou não lhe autorizava falar de outras coisas. O que disse foi que falando do sistema, V. Exa. pode falar um pouco de tudo isso. O Sr. Deputado não quis fazer este exercício.

Depois precisei — e esta é que é a grande questão política — que o Partido Socialista não pode queixar-se politicamente dos resultados eleitorais sem se queixar politicamente do sistema eleitoral. Não pode, porque o sistema eleitoral é a maneira de traduzir o voto de cada eleitor em mandatos.

O objectivo do sistema, o objectivo das eleições, é eleger deputados e num sistema parlamentar é do resultado parlamentar que emana o Governo.

Portanto, doutrinariamente, não se escolhem Srs. Secretários Regionais, estejam eles no princípio do Governo, a meio do Governo ou no final do Governo.

Não se escolhem Secretários Regionais, nem se escolhe, directamente, o Presidente do Governo.

Dir-me-á o Sr. Deputado que isso é o sistema eleitoral, porque se formos fazer uma apreciação de ciência política isso não é assim.

Muito bem!

Mas então conjugue tudo e diga lá se o que interessa na eleição, o que está legalmente estabelecido, doutrinariamente estabelecido para o sistema, não é a escolha dos deputados?

Sendo a escolha dos deputados, acha que não merece discussão se um partido que tenha mais deputados, mas não tenha mais votos, deve ou não governar?

Já resolveu esse problema de legitimidade?

O Sr. Presidente da República já disse ao Partido Social Democrata que essa é a grande questão dos Açores e quer o senhor revelar que a solução do PS, é talvez de uma cláusula de salvaguarda.

Sr. Deputado, isso não é um contrato de arrendamento.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Não vamos resolver os problemas do sistema eleitoral dos Açores com cláusulas de salvaguarda de legitimidade duvidosa e é aí que me oponho ao senhor em questão de ideias.

De facto, o centro da discussão para efeitos de o que é que conta mais, os votos ou os mandatos, é o sistema eleitoral. Não é mais nada.

No entanto, para efeitos de representatividade, se os partidos querem ter mais pessoas numa empresa, ou num sindicato, no seu grupo de futebol, ou nos seus grupos parlamentares, devo dizer que a sua reflexão é interessante, mas é inconsequente, porque aqui não vamos chegar a conclusão nenhuma sobre essa matéria. Vamos apenas conversar sobre isso.

É evidente que o que não está sistematizado, cada partido faz como entende.

O que o Sr. Deputado trouxe aqui foi a sua opinião, uma conversa interessante, mas revela apenas tendências arbitrarias de partidos.

Nessa questão que é o "sexo dos anjos", eu não quero entrar e por isso disse que o que era essencial para mim, era de facto a questão do sistema eleitoral.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então escolham outro. Apresentem um sistema eleitoral diferente!

O Orador: Não, o PSD não é hipócrita. O PSD não diz que não gosta do sistema e se queixa do resultado e é por isso que eu falo.

O que o PS faz de diferente do PSD, é que não se queixa do sistema, mas queixa-se das consequências do sistema...

Deputado Jorge Valadão dos Santos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... querendo atirar poeira para os olhos dos outros. Essa é que é a diferença entre o PS e o PSD.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por isso é que eu registei e sublinho mais uma vez esse aspecto.

Quanto à questão do Plano a Médio Prazo, não venha concluir que, pelo facto de algumas pessoas dizerem que ele não é importante, a Assembleia vai acabar, porque digo-lhe, Sr. Deputado, os pais dos deficientes não achavam que era indiferente a resolução sobre os deficientes.

Alguns professores não achavam que era indiferente falar-se aqui ou não da colocação dos professores.

Muitos pensionistas não acham indiferente que se fale aqui e que se legisle, com mais dinheiro ou menos dinheiro, nessa matéria.

Os sindicatos não achavam que era indiferente que se falasse do subsídio de insularidade e que a oposição tivesse uma atitude pela positiva de iniciativa política.

Portanto, não me diga que pelo facto do Plano a Médio Prazo não ser muito importante, que vem por aí abaixo um conjunto de reacções que vai dispensar a Assembleia.

Não, os últimos exemplos dizem o contrário.

As pessoas procuram a oposição, as pessoas de facto escrevem cartas para a oposição, as pessoas reclamam junto da oposição...

Deputado Fernando Menezes (PS): Finalmente a democracia!

O Orador: ... porque a oposição é o porto de abrigo dos descontentes contra o Governo que não lhes dá voz. Essa é que é a diferença.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: As pessoas procuram o PSD não para o chantagiar. Muitas vezes quem nos procura são os empresários, os sindicatos, os grupos de futebol, as instituições, as agremiações desportivas e culturais, etc...

Aqueles que nós também procuramos para fazermos o nosso trabalho, para que nunca sejamos criticados pelo facto do nosso partido não o fazer como deputados, e graças a Deus não somos criticados sobre essa matéria...

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... não é com a intenção de irmos à procura de chantagens políticas, até porque muitas vezes são os açorianos, uma parte deles, que nos preocupam.

Não vamos agora arrogar-nos que um determinado resultado eleitoral que vai sufragar um programa do Governo, permite que tudo o que esteja à margem do

programa de quem ganhou, é marginal, como já disseram que o PSD era, e é chantagem, como dizem que nós fazemos e que não interessa.

Registo, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que muitas das cartas que também mandam para si, quando as pessoas posteriormente reúnem connosco, mostram a resposta do seu Grupo Parlamentar e olhe que raramente diz que não, diz sempre que vai considerar.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Nós assumimos as respostas. Dizemos sim ou não, ou vamos tratar disso, ou não vamos tratar.

Os senhores — dizem eles — o que fazem é queixar-se da chantagem, mais uma vez, manhosamente, mas as respostas são sempre que vão reflectir sobre esse assunto, estão sensibilizados e terão isso em conta. Não me desafie a apresentar, porque eu peço cópias e apresento.

As pessoas não querem isso, ou seja, um Governo de maioria que diz tem tudo em conta, mas não trata de uma boa franja do eleitorado, que prefere ir ter com o PSD para tratar de algumas questões que são essenciais.

Quanto às questões que o povo está vendo ou não está vendo, gostaria de dizer que eu não centrei a minha intervenção na consideração da manhosisse do PS. Isso foi um a forma de explicar um aspecto.

Porém, vou-lhe dizer uma coisa, isto é, os senhores falam tanto do passado que vos receito para o discurso político "naftalina".

Deputado Fernando Menezes (PS): Naftalina?!

O Orador: Sim, para ver se as roupinhas e algumas coisas não vão apodrecendo.

Felzimente, hoje em dia, o povo dos Açores está olhando para o presente e está a procurar soluções para o futuro.

Se acha que nós fomos indiferentes a muitas coisas em 20 anos, eu digo ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS que, no dia em que for ver todas as obras que se fizeram, tudo o que se fez nos Açores, tudo que se decidiu, tudo o que se realizou,

a maneira como se alterou a "face" dos Açores, para lhe responder não tinha tempo, porque o mesmo era infinito.

Se quiser dar alguns exemplos de erros cometidos no passado, provavelmente encontrará alguns.

Mas o Sr. Deputado sabe o que é que eu começo a ouvir mais nos últimos tempos, do que no princípio deste Governo?

Não é que o PSD quando estava no Governo não fez certas coisas, mas coisas como estas:

"Eles disseram que se um dia fossem para o poder, fariam isto e não estão fazendo!"

"Eles disseram que se um dia fossem para o poder, entrariam logo com as iniciativas, como por exemplo, o subsídio de insularidade!"

"Eles disseram que iam resolver problemas nesta e naquela ilha, e não estão fazendo!"

"Eles diziam que eram diferentes dos outros e são iguais ou piores!"

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Muitos jornais que foram aqui citados, muitos dirigentes do Partido Socialista, agora começam a aparecer.

Eu, mais do que um argumento contra si, quero ter a razão do meu lado, mais do que a dialéctica parlamentar.

Não é por acaso que no primeiro ano da governação socialista, não haviam reacções negativas dentro do PS. Não haviam, não foram registadas.

Agora, são registadas por autarcas, por gente que escrevia artigos seguidos a elogiar Carlos César e o seu Governo. Agora começam a criticar.

Não venham responder que as divergências são naturais. Elas não existiam no princípio, o que significa que este Governo já perdeu o estado de graça. Agora já não tem graça e caminha-se para a desgraça.

É assim o futuro.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o início desta Sessão, eu tenho estado a ouvir as intervenções com muita atenção e não era minha intenção participar neste debate.

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Há aspectos com os quais eu concordo e julgo mesmo que têm interesse, mas há outros aspectos que discordo.

No entanto, entendi que são matérias que merecem ser discutidas, mas em função da intervenção que tenho para este período, tinha optado por não entrar no debate.

Porém, a intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes leva-me a ter que intervir, para pôr no seu devido lugar determinados aspectos que penso têm alguma importância.

O primeiro aspecto que gostaria de colocar aqui, prende-se com os problemas que citou da remuneração complementar, do complemento de pensão e do acréscimo ao salário mínimo nacionais. Estas são matérias que desde há muitos anos, eu e o Partido Comunista Português, vimos trazendo à discussão regional e a esta Casa.

Eu estou cá, tal como V. Exa. desde 88 e recordo-me que logo no início da primeira legislatura em que participei, por exemplo, o problema do acréscimo ao salário mínimo nacional, foi matéria que trouxe aqui ao debate e à discussão.

Por isso mesmo, o Partido Comunista Português, desde há muitos anos, considera que é fundamental que se criassem mecanismos de compensação do facto de vivermos numa região onde o nível do custo de vida é diferente daquilo que se passa a nível nacional. Por isso, essa nossa luta é desde há muito.

Essa luta, no passado, teve o apoio, no que diz respeito por exemplo à remuneração complementar, do Partido Socialista, que foram os primeiros subscritores de um projecto que nós também subscrevemos, apoiado aqui na altura por metade e mais um dos deputados e vigorou durante alguns meses.

Nessa altura, conseguimos aquilo que depois foi revogado e que, neste momento, felizmente, por condicionalismos políticos que todos nós conhecemos, foi possível legislar e estamos em condições de ver aplicado.

Estamos em condições de ver aplicado exactamente por um aspecto com o qual eu discordo do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ou seja, neste momento, nesta Região, não há maioria absoluta.

Não há maioria absoluta, mas vivemos em democracia.

Viver em democracia para si, Sr. Deputado, é ter em conta que a maioria dos votos expressos pelos eleitores, faz a lei. Penso que se pode concluir isto da sua intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Desculpe, se não quer que seja assim, para mim e para o Partido Comunista Português, a maioria dos votos expressos dá direito a fazer lei.

Sr. Deputado Fernando Menezes:

Em relação à remuneração complementar, ao acréscimo ao salário mínimo nacional e em relação às pensões, a maioria dos votos expressos na Região Autónoma dos Açores em 1996, fez lei. É democrático, tem que se aplicar e deve-se aplicar. É esta a realidade independentemente de termos uma outra realidade política nesta Região, é que um partido que não tem maioria absoluta — nós consideramos que também faz parte do jogo da democracia — tem o direito de constituir governo e tem o direito de governar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por toda esta Europa, por todo este mundo, nós temos países e regiões onde minorias governam...

Deputado Eugénio Leal (PSD): Exactamente!

O Orador: ... e onde maiorias fazem leis.

O que se passou na Região Autónoma dos Açores, é que a maioria dos votos expressos — noto, não estou a falar em deputados, estou a falar em maioria dos votos expressos — fizeram lei.

Há outros casos onde isso aconteceu. Por exemplo, daqui a uma semana, vamos passar por toda esta ilha a ouvir as pessoas que foram afectadas pelo sismo.

Nesta matéria, a maioria dos votos expressos fez lei, porque nós consideramos que pelo facto de não haverem maiorias absolutas, é positivo para que efectivamente não

haja determinada arrogância, como nós vivemos na época do PSD, e que lamentavelmente estamos a viver na época do Partido Socialista.

É exactamente pelo facto dessas maiorias absolutas não poderem suplantar aquilo que é expresso eleitoralmente, que é possível governar sem arrogâncias, é possível fazer leis democráticas e ao serviço da população da Região e do povo ao qual servimos.

Estes são aspectos que penso que era meu dever moral chamar aqui a atenção.

Em primeiro lugar, a nossa coerências em todos estes processos, e, em segundo lugar, o facto de democraticamente se terem feito leis nesta Assembleia, representando a maioria dos votos expressos em 1996, nas eleições que deu o direito ao Partido Socialista de constituir governo.

Um outro aspecto que aqui foi trazido à colacção, refere-se ao nosso sistema eleitoral. Nós, da nossa parte e da parte do PCP, consideramos que temos todos que fazer o esforço que temos feito no sentido de melhorar o sistema, mas aí, como disse o Sr. Deputado Victor Cruz, todos nós temos que considerar que não fomos capazes. Este é o termo que eu uso.

Todos nós, os quatro partidos representados e que representam o povo desta Região, não fomos capazes de constituir, de levar a cabo um sistema que pudesse ser o sistema ideal que todos nós desejamos.

Da nossa parte, estamos nesse barco. Faremos e daremos o contributo na medida das nossas possibilidades, respeitando as diversas ilhas da Região Autónoma dos Açores, no sentido de chegarmos a um sistema eleitoral.

É esse o nosso desejo e sabemos que é o desejo de todos os partidos aqui representados. Lamentavelmente ainda não o conseguimos.

No entanto, da nossa parte, consideramos que há que ter a esperança de, mais cedo ou mais tarde, conseguirmos esse sistema que vem de encontro àquilo que está estabelecido na Constituição e vem de encontro à transformação efectiva de votos em mandatos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ficar aqui mais ou menos 3 horas apenas a ouvir, sem intervir, não é coisa a que me habitue facilmente. Desculpem lá este meu atrevimento, porque não tendo nenhum partido político e dirigindo-se essencialmente esta discussão às lides partidárias, achei por bem fazer uma intervenção, tendo em atenção aquilo que disse o Sr. Deputado Victor Cruz.

Em primeiro lugar, porque assisti ao Congresso do Partido Socialista, gostaria de dizer-lhe que é falsa a sua afirmação de que o Presidente do Partido Socialista não quer a revisão do sistema eleitoral, antes pelo contrário, ele disse e está escrito, mas depois há-de ler se tiver oportunidade.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu não disse isso. Está a ouvir mal!

O Orador: Então se eu ouvi mal, é bom que se corrija, porque foi isso que eu ouvi.

Mas tendo em conta que eu possa ter percebido mal, ou o Sr. Deputado se ter expressado mal, o que lhe quero dizer e repetir foi aquilo que eu ouvi do Sr. Presidente do Partido Socialista e que vale a pena que fique registado para que todos ouçam.

Ele não só disse que queria a alteração do sistema, como disse mais — o que o Sr. Deputado não foi capaz de dizer — numa alternativa concreta para a alteração do sistema.

Ele disse que estava na disposição de, a par dos círculos por ilha, existir um círculo regional.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso já é antigo!

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso nós também defendemos e é proposta do Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: É uma alternativa que terá em atenção os votos.

Mas o Presidente do PS disse mais, ou seja, se todos os três partidos estiverem de acordo e o PS não, em alguma questão concreta, não é por causa disso que não se faz a revisão do sistema eleitoral. Isto significa a manifestação expressa de que há vontade política para rever o sistema eleitoral e parece-me que não há dúvida nenhuma que existe expressamente, pela forma como o Presidente do Partido se expressou no Congresso.

Gostava ainda de relacionar aquilo que parece que os senhores ainda não perceberam, ou seja, se é verdade aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão de que os votos maioritariamente expressos aqui em mandatos, fazem lei, o que os senhores têm que perceber é que no sistema eleitoral os eleitores têm que saber com o que é que contam.

Das duas uma: ou alguém faz coligação, apresenta-se ao eleitorado e diz que após a eleição vão juntar-se e vão fazer governo, ou vão juntar-se e vão coligar as vossas políticas, ou então o povo sente-se ludibriado, porque a conjugação do PP com o PCP e com o PSD, é uma conjugação — confesso — espúria.

É verdade que é, porque não é real.

Então as ideologias já não valem, tal como as convicções políticas. É isso que os senhores têm feito.

Mais: os senhores têm feito ainda outras coisas, como enganar os eleitores...

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): O Sr. Secretário não fale de coisas que não sabe!

O Orador: ... que se dirigem aos senhores, quando dizem que vêm resolver o problema para a Assembleia.

Por exemplo, no que diz respeito à questão da educação especial, os senhores trouxeram uma resolução, como muito bem já foi dito, quando podiam legislar sobre a matéria.

Os senhores enganam as pessoas que vão ter convosco, dizendo que vão trazer à Assembleia uma coisa qualquer.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Pelo amor de Deus!

Veja as competências do Governo!

Deputado João Cunha (PSD): O senhor leia primeiro o Estatuto e o Regimento da Assembleia e depois fale!

O Orador: Depois, apresentam aqui uma resolução, sabendo de antemão que não resolve o problema.

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: É uma forma hipócrita dos senhores apresentarem a questão, porque não corresponde às expectativas que criam na população que se dirige aos senhores deputados.

Mas gostaria de dizer algo mais, porque estou vendo que suscito muita controvérsia. Ótimo, assim é que é bom, porque estou habituado a ela.

Os senhores nunca apresentaram nenhuma alteração — e eu nunca vi no discurso do líder do Grupo Parlamentar do PSD — concreta ao sistema eleitoral...

Deputada Berta Cabral (PSD): Há anos que defendemos alterações à lei eleitoral!

O Orador: ... nem sei neste momento, Sra. Deputada, mas percebo porquê.

Dá ou não vos dá jeito este sistema eleitoral?

Deputada Berta Cabral (PSD): Há anos que defendemos alterações!

O Orador: Dá-vos ou não jeito este sistema eleitoral na actual conjuntura?

É óbvio que vos dá jeito e os senhores nem sequer querem falar dela.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Há anos que pretendemos alterações!

O Orador: Ah! É há muitos anos?!

Então entendam-se!

Por que é que não se entendem?

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, permitam que o Sr. Secretário Regional conclua a sua intervenção.

Não vale a pena estarmos a fazer aqui um "ping-pong", porque senão, não é perceptível a discussão.

O Orador: Vou terminar, esperando que ouçam aquilo que é o meu pensamento sem qualquer compromisso, pelo menos à primeira vista.

Os senhores face aos resultados eleitorais, não apresentam humildade democrática que os mesmos apontariam.

Se é verdade que o PSD tem o mesmo número de mandatos que o PS, não é menos verdade que a vontade do povo, em 1996, foi no sentido de mudança, no sentido do surgimento do novo poder político, de uma nova força política.

Os senhores têm que tirar essa ilação e ter a humildade democrática de reconhecerem que compete ao Partido Socialista e ao seu Governo, governar.

Mas não, os senhores têm a ânsia de atrapalhar, de confundir. É essa a vossa humildade democrática.

Participando, os senhores deviam ter a humildade democrática de perceber que quem governa e quem deve ter a responsabilidade de governar é o Partido Socialista e essa responsabilidade vai-se aquilatar em novas eleições, e aí sim, se nós governarmos mal, deveremos ser castigados, se nós governarmos bem, deveremos ser merecedores do crédito, que é o que nós esperamos.

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais duas palavras para dizer que o Sr. Deputado Victor Cruz falou em diálogo, em receber pessoas e conversar com elas.

Sr. Deputado, ainda bem que o faz.

O Sr. Deputado Madruga da Costa há pouco olhava para mim com um ar estranho, mas gostava de vos dizer apenas que, hoje, fazem isso com mais facilidade do que nós fazíamos quando estávamos na oposição, porque felizmente os momentos são outros.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Deputado, pelo santo amor de Deus!

O Orador: É verdade!

Eu sou do tempo de quando se falava baixinho nas esquinas.

Também nós dialogamos com os sindicatos há muitos anos, com os clubes desportivos, com os cidadãos, etc., etc...

Realmente, não dizemos aquilo que os senhores dizem, porque os senhores dizem logo que eles têm toda a razão e que vão resolver, mas nós não dizemos isso, não queremos dizer, nem diremos assim, porque há muitas coisas a fazer antes de se dizer uma coisa dessas a um cidadão.

Isso é que é enganar os cidadãos!

Relativamente à metáfora que utilizou do uso de naftalina, gostaria de dizer, meu caro amigo, que a naftalina é para matar bichos ou traças. Se há traças é no passado.

Se a naftalina é para matar essas traças, acho muito bem, e nós não temos qualquer problema nisso, antes pelo contrário.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é para matar as antigas. É para evitar as novas!

O Orador: Finalmente, em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão, é verdade que essa tem sido uma das bandeiras do PCP há muitos anos. Ninguém nega isso.

O PS esteve ao lado do PCP.

Infelizmente, por vezes, nós não sabemos bem onde é que anda o PCP.

Ultimamente e infelizmente, o PCP tem andado aliado à direita. É óbvio para toda a gente, mas talvez por uma questão de sobrevivência política, mas a verdade é essa.

Eu já vi o PCP apoiar propostas de outros partidos. Agora, subscrever as próprias propostas dos partidos da direita, sinceramente, deve haver camaradas seus que dão voltas no túmulo.

Finalmente, para terminar este debate, gostaria de dizer que quer queiram, quer não, este Governo Regional tem um inestimável crédito de progresso em relação a esta Região Autónoma.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por responder ao Sr. Deputado Fernando Menezes, citando o meu camarada Álvaro Cunhal que há muitos anos, no início da democracia, disse que o Partido Comunista aliava-se ao diabo, se isso contribuísse para melhorar a vida dos trabalhadores portugueses.

É exactamente nessa medida que nós nos entendemos com V. Exa., com o PP, com o PSD, ou o diabo, se for necessário, se isso vier a melhorar a vida dos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores.

É com muita honra que subscrevemos, com o PSD e com o PP, propostas no sentido de que o acréscimo ao salário mínimo nacional fossem aqui aprovadas, propostas no sentido de que as pensões dos reformados na Região Autónoma dos Açores tivessem mais um míseros 6 mil escudos, propostas no sentido de melhorar o nível de vida, de distribuir melhor a riqueza desta Região Autónoma dos Açores.

Aí, Sr. Deputado, a nossa coerência é plena, estamos aliados, seja com quem for, no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores, daqueles que menos ganham, daqueles que menos têm nesta Região Autónoma.

Sobre esta matéria estamos entendidos, temos a nossa consciência tranquila, continuamos e continuaremos com coerência a defender os nossos pontos de vista.

Em relação ao Sr. Secretário Regional do Ambiente, V. Exa. afirma que o povo sente-se ludibriado.

Nós queremos dizer que estamos convictos que, neste momento, em relação à Assembleia Legislativa Regional, o povo, pelo contrário, sente pela primeira vez nesta Região Autónoma, que a Assembleia é capaz de trazer para a discussão os problemas que existem lá fora.

É por isso que nós, todos os dias, nos nossos gabinetes, temos pessoas que pedem para ser recebidas, que nos contactam, temos centenas de ofícios que nos chegam todos os dias e estou convencido que isto se passa com o PSD, com o PP e até com os senhores, porque essas pessoas dizem-nos que se dirigiram a todos os grupos parlamentares.

Isto não quer dizer que o povo se sente ludibriado, mas sim que o povo pode contar com a Assembleia, mercê do facto de não haver maiorias absolutas, em nosso entender — essa é a nossa interpretação — pode dirigir-se a ela e que esta pode ser porta-voz dos problemas que se passam na sociedade.

Por isso mesmo, nós pensamos que, efectivamente, cada vez mais lá fora, as pessoas sentem poder contar com a Assembleia e sentem que a Assembleia tem um papel cada vez mais importante na nossa democracia.

Em relação aos problemas filosóficos que o Sr. Secretário coloca, gostaria de dizer que esta Assembleia, mercê de todas as vicissitudes ou apesar de todas as vicissitudes, está a cumprir a democracia e o mandato do povo. Está a permitir que o Partido Socialista governe. Foi isso que o povo encomendou nas eleições de 1996.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

O Orador: O povo, em 1996, disse que o Partido Socialista tinha direito a ter poder executivo e tem-no.

Agora, o poder legislativo, foi dado por esse povo a 4 partidos.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, nós não podemos desligar das suas funções profissionais e penso que isto — nessa matéria não percebo, nem quero perceber nada — é claro para qualquer leigo.

Efectivamente, o poder legislativo está nesta Assembleia, cumpre-se na mesma e de acordo com o mandato dos diversos somatórios que o povo deu às pessoas que aqui o representam.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que a argumentação e o debate do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já estará concluído, visto que a intervenção do Sr. Deputado Fernando Menezes, não suscita nenhum comentário, porque não disse nada de diferente nem de novo.

No entanto, quanto à intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente, cuja combatividade saúdo, mas cuja razão renego, se a primeira questão que tem que colocar em relação à minha intervenção é a possível imprecisão das minhas palavras, visando o Presidente do Governo, eu não quero tirar nenhum verbo, adjectivo, vírgula ou ponto a nada do que o Sr. Presidente do Governo diz. Eu apenas estou tentando interpretar.

Quanto ao resto, — isso o Sr. Secretário não nega — ou seja, de que eu tinha referido que o Presidente do Governo tinha dito que estava disposto a dialogar, foi isso que o Sr. Secretário disse, e que eu tinha dito que o Presidente do Governo disse (aqui o

senhor não disse, mas eu até me lembro) que não quer estabelecer um sistema eleitoral que faça desaparecer os partidos pequenos, como está a ver, eu até ouvi bem o Sr. Presidente do Governo.

Eu quando disse no fim de que se nada disso puder acontecer, então que fique como está, estava eu a fazer um comentário, porque na verdade o Sr. Presidente do Governo fez referências que para o senhor parecem ser novas porque é novo nisso, mas para mim são muito antigas.

O Sr. Secretário Regional pode estar a estrear-se a ouvir o Sr. Presidente do Governo a falar, mas eu ouço-o há muitos anos no plano institucional.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Se calhar para si, a proposta que o Sr. Presidente fez sobre o sistema eleitoral, é uma novidade, mas para mim e para este Grupo Parlamentar, é a mesma de há anos.

Queria que eu agora fosse fazer comentários, apresentar grandes propostas?

Sabe que aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente do Governo, já vem sendo dito há mais de — não quero mentir — 6 ou 7 anos?

Aquela conversa de que não quer fazer um sistema que prejudique os partidos pequenos, já vem sendo dita há 6 ou há 7 anos.

A questão dos dois círculos é mais recente, mas também já tem muitos anos.

Terá o Sr. Secretário ficado encantado com esta intervenção?

Para mim ela é velha, todos nós já a conhecemos há muito tempo e já a discutimos na Comissão de Revisão do Estatuto Político-Administrativo, por isso não se admire de eu não ter feito comentários, nem ter feito propostas concretas. É que o seu Presidente do Governo, o Presidente do partido com o qual colabora como independente, não disse nada de novo. Se calhar pensava que tinha dito, mas não disse.

Por isso mesmo, eu não me sinto na obrigação de dizer nada de novo.

Além do mais, há uma coisa que é preciso dizer e que é verdade, ou seja, eu anoto a confiança que é legítima e se calhar merecida — isso é um problema agora do PS —

no Sr. Deputado Fernando Menezes, ao dizer que se vai alterar o sistema, que estão cá para isso, mas não agora.

Eu não sei se volto para aqui. O que lhe posso dizer é que agora a minha opinião é de que o meu partido vai voltar aqui, comigo ou sem ser comigo, com qualquer um ou com outros, mas terá isso em consideração.

Agora, ficarmos todos admirados, sublinharmos, dizermos que é importantíssima a intervenção de um Presidente do Governo que no fundo reconhece que até ao próximo acto eleitoral nada se pode fazer, e vem o Sr. Secretário Regional dizer que esta é a grande questão e que lamenta que eu tenha dito o que o Sr. Presidente não disse, não quer dizer nada. Ele diz o que diz, está tudo certo.

Depois diz-me que eu não fiz nenhuma proposta. Fizemos, o PSD já fez.

Ele esteve na Revisão do Estatuto.

O Sr. Secretário não conhece — se calhar até conhece, não faço ideia — mas os Srs. Deputados conhecem.

O que é verdade é que o PSD fez.

Se se abrir um processo negocial, o PSD ou renova aquela ou faz outra. Agora, sejamos realistas:

Ninguém vai resolver o problema do sistema eleitoral em Agosto, em vésperas de eleições. Ninguém vai.

Se o Sr. Secretário Regional está encantado com a intervenção do Sr. Presidente do Governo, eu não estou.

O Sr. Secretário Regional pensa que ela se calhar é inovadora, mas eu sei que não é, que é velha, já esteve em cima da mesa e não serviu para nada.

Sobre esta matéria, julgo que estamos entendidos.

Em relação ao facto do PSD, mais o PP e o PCP, ou o PSD com o PP, ou PP com o PC, seja o que for, fazerem alianças que não são legítimas, que não correspondem ao entendimento do povo, pergunto:

E a aliança que o seu Governo — não era seu na altura, porque não era titular — o partido com quem colabora, fez com o PP na primeira legislatura, tinha a ver com o entendimento eleitoral?

O Sr. Secretário acha que os eleitores votaram no PS para ele se entender especificamente com o PP?

O senhor acha isso? Acha que era esse o entendimento popular?

Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Essa tentativa que o PS fez de ter um diálogo parlamentar, é legítima, assim, como a minha de me entender em assuntos concretos com o PCP, com o PP e até com o PS.

O seu comentário crítico à nossa situação de oposição cai novamente pela base.

Que o Governo não tenha tido habilidade para saber ter um suporte parlamentar maioritário através de negociações e de diálogo, é um problema dele.

À minha porta, ninguém bateu. Portanto, dessa crítica eu estou livre, graças a Deus.

Em relação a enganar o povo, nós não o enganamos.

Por acaso o Sr. Secretário sabe o que é que nós dissemos aos pais dos deficientes, para dizer que nós os estamos a enganar? Por acaso sabe?!

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Eu não sei, mas sei o que é que deviam dizer!

O Orador: Não sabe.

Se o senhor acha que nós devíamos fazer outra coisa, não diga que nós enganamos as pessoas, porque está a mentir e contra essa mentira eu protesto.

O que nós dissemos aos pais e aos professores, foi exactamente que íamos fazer determinadas propostas em concreto sobre determinada forma parlamentar.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Que não servem para nada!

O Orador: Os professores e os pais sabiam perfeitamente que nós íamos fazer uma resolução e conheciam o seu conteúdo.

Nós não enganámos as pessoas!

Os pescadores do Nordeste sabem isso tal como os homens da batata não sei de onde, como sabem os desportistas e os sindicatos.

Nós quando iniciamos um processo de diálogo, seja com quem for, vamos acompanhando e damos informação permanente — não fazemos como o seu Governo — do que é que vamos precisamente fazer.

Eu protesto contra a sua afirmação, porque através dela não consegue demonstrar que nós enganamos as pessoas.

Nós não enganamos as pessoas com quem conversamos.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em relação à última questão de que o povo quis mudança, está aí a mudança.

O povo quis mudança, está aí o Governo.

Nós estamos aqui a cumprir a nossa função, não de acordo com aquilo que o Governo quer, ou seja, não criticar, não tomar iniciativas, não dizer nada, tratar bem o Governo.

O Sr. Presidente do Governo quase que chora nas intervenções finais dos planos anuais dizendo: "Lamento que de tanta coisa que fazemos não venha um elogio a este Governo!"

Queria que nós fôssemos mais uns avançados deste Governo?!

Mais uns adjuntos deste Governo?!

Mais uns colaboradores deste Governo?!

O povo votou em nós para sermos alternativa, sermos críticos e também para estarmos de acordo naquilo que interessa.

O senhor sabe que se fizer a contabilidade das iniciativas legislativas, se calhar mais de metade foram aprovadas com a colaboração do PSD.

O seu "baptismo" legislativo desta semana, vai ser a confirmação disto que eu estou dizendo, ou seja, a confirmação de que o PSD põe a cooperação acima de uma atitude crítica e até a cooperação activa, propondo alterações aos diplomas que os senhores fazem.

Vai saber também com a experiência política desta semana, que neste último comentário, o Sr. Secretário ouviu o que eu disse, mas não percebeu.

Quis criticar o que eu disse, mas não teve razão na crítica que fez.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo.

Lembro aos líderes parlamentares que às 18 horas e 30 minutos temos uma reunião aqui na Mesa.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 15 minutos)

Vamos dar início à nossa ordem do dia, com o **Projecto de Decreto Legislativo Regional — Dispensa de serviço para participação em actividades culturais; Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/99 — Dispensa do trabalho aos funcionários e outros trabalhadores por conta de outrem, para participação em actividades culturais e de associações juvenis.**

Está aberta a discussão, na generalidade, dos dois diplomas.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora é trazido à discussão neste plenário, foi apresentado pelo Governo depois de uma proposta inicial que previa exactamente aquilo que posteriormente em Comissão veio a ser feito.

A proposta inicial que inclusivamente tinha sido enviada às diversas associações, previa a reunião num único diploma daquilo que andava disperso por diversos diplomas.

Portanto, foi opção do Governo, face ao facto do Parlamento ter entretanto aprovado um diploma especificamente sobre o desporto e posteriormente tê-lo retirado.

A Comissão entendeu juntar tudo isso num único diploma e da parte do Governo há toda a concordância em relação a essa matéria.

Nós acabámos por concluir que o diploma da forma como saíu da Comissão, acaba por ser mais adequado e satisfaz melhor os interesses em causa.

Uma outra questão que se levanta com este diploma e que aproveito desde já esta apresentação para referir, prende-se com a necessidade de regulamentar aquilo que se entende por interesse público nas diversas realizações.

Essa matéria, até agora, tem vindo a ser resolvida caso a caso, de forma que creio que não tem levantado questões com os diversos intervenientes.

Sem prejuízo de no prazo que está estabelecido na proposta que agora é presente na regulamentação desta matéria, eu creio que poderemos manter esta actividade durante os 60 dias que lá estão previstos, sem necessidade de qualquer norma transitória.

O diploma da forma como está a ser apresentado e na redacção que veio da Comissão, é satisfatório e não necessita de qualquer norma para cobrir o período de 60 dias.

Nesses 60 dias, continuar-se-á a fazer aquilo que se tem vindo a fazer até agora, fazendo a apreciação casuística das situações que sejam apresentadas.

Eu gostaria de dizer que da parte do Governo, há um perfeito acordo em relação à proposta que veio da Comissão e que tenta consensualizar as diversas posições em causa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, considerações da ordem de procedimento.

Conforme sabem, existiam dois diplomas em apreciação na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre esta mesma matéria, um da autoria do Governo e o outro da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A Comissão na análise e no debate sobre esses dois diplomas, entendeu — também foi este o entendimento dos deputados do Partido Socialista representados na mesma — que seria útil e adequado, seguindo uma perspectiva de sistematização e de condensação de todas as matérias atinentes a esse tipo de faculdades, digamos assim, condensá-las todas num único diploma, reunindo assim tudo aquilo que dizia respeito à dispensa para as actividades culturais, sociais, actividades ligadas às instituições particulares de solidariedade social e ainda às actividades desportivas, sendo certo

que aqui a Comissão teve o cuidado de ter em conta a existência já de um diploma que previa esse tipo de soluções.

De qualquer das formas, esta iniciativa da Comissão de condensar todas essas matérias, resulta efectivamente no diploma que agora submetemos aqui e tem, ao contrário daquilo que aconteceria se efectivamente essas matérias estivessem dispersas por vários diplomas, em primeiro lugar, uma notória e clara facilidade de consulta, em segundo lugar, uma notória e clara melhoria em termos de sistematização e de informar todas estas faculdades e dispensas dentro de uma filosofia que seja comum a todas elas.

É relativamente a essa filosofia ou metodologia que se segue princípios fundamentais que se estabelecem no âmbito deste diploma, que eu passaria a fazer referência dando de certa forma a opinião da bancada do Partido Socialista, ou seja, dos deputados que estão presentes nessa Comissão.

Dois ou três princípios fundamentais que me parecem particularmente relevantes são, por um lado, a própria configuração daquilo que deve ser a função do Estado, no caso da Região, em termos de relacionamento ou de postura face a essa necessidade de participação, não só cultural, mas participação em outras actividades do ponto de vista social e do ponto de vista de instituições particulares de solidariedade social e até desportiva.

Efectivamente, encara-se isso numa dupla perspectiva, sendo a primeira de que ao Estado garante promover, facultar ou criar as condições para que essa participação cultural — permitam-me que quando falo em participação cultural, refira-me também a todas as outras — se processe efectivamente criando, não diria incentivos, mas meios para que essa participação se processe da melhor forma.

Sendo certo que assim é, enquanto Estado, ente colectivo, no que diz respeito à sua vertente de entidade patronal, ele tem a obrigação de ir mais além e é isso que se faz.

Ou seja, na situação dos trabalhadores ligados à função pública e outros que vêm especificados nesse diploma, a Região, no caso, não fica apenas pelo facultar esses meios de participação, vai mais além, isto é, assume, desde logo, o compromisso por via nobre, por via legislativa, de assegurar essa participação.

Em segundo lugar, no que diz respeito aos trabalhadores ligados ao sector privado, aqui radica uma diferença e um ponto essencial na filosofia deste diploma.

Se é certo que enquanto entidade patronal, enquanto ente colectivo ela deve ir mais além, já no que diz respeito aos trabalhadores ligados ao sector privado, ela não deve ir tão longe, correndo o risco de se imiscuir na esfera de decisão ou de gestão privada de empresas ou de outras colectividades.

O que faz, é apenas ficar-se pela criação dos meios, pela criação de instrumentos, que permitam que essa participação se processe sem prejuízo, para as entidades patronais desses mesmos trabalhadores.

É assim que se assegura no âmbito deste diploma a filosofia de que as despesas com as remunerações desses trabalhadores do sector privado são asseguradas pela Região, precisamente, porque constitui esta uma das vias — reconheça-se por excelência — de facultar ou de permitir esta participação.

Em terceiro lugar, sendo certo que este direito de participação, este direito de ter actividades extra profissionais, chamemos-lhe assim, é um direito que deve valer, também há a perspectiva de que não pode valer em absoluto. Ou seja, é necessário, a partir do momento em que se entra não só na questão de excepções, haver uma relação laboral entre a administração regional no caso, e outras como vêm citadas no diploma, e os trabalhadores. Mas naquelas situações que dizem respeito aos trabalhadores do sector privado, este direito de participação não pode vigorar em absoluto.

Foi entendimento — e o Partido Socialista também partilha dele — de que se deveria temperar este direito com outras duas situações que de certa forma vêm trazer um bom ponto de equilíbrio. São elas :

— Por um lado, a necessidade de haver uma declaração de interesse público da actividade para a qual é pedida a participação;

— Por outro lado, a necessidade de concordância da entidade patronal.

Se é certo, conforme já referi, que no caso da entidade patronal ser um ente público, esse problema já está resolvido, no caso de ser um ente privado, entendeu-se — aqui é que assume particular relevância — não dever a Região, por via legislativa, obrigar a essa participação cultural.

Então, chega-se à situação de haver todos os meios para que ela se processe. A entidade patronal privada não é prejudicada por via de permitir essa participação, porque é a própria Região que assume essa necessidade.

Por outro lado, e com um aspecto ainda relevante em termos de toda a filosofia que engloba esse diploma, houve também a atenção não só dos trabalhadores, mas também de outras entidades ou de outras pessoas que estariam sujeitas à necessidade de participarem em determinado tipo de eventos, mas que estão numa relação de certa forma de hierarquia e poderia haver algum problema, como é o caso dos estudantes, mas já vem contemplado nesse diploma, seguindo a tal lógica de condensação, de sistematização de enformar num todo único esse tipo de soluções para a promoção de participação em actividades culturais.

Por último, e não menos importante, se é certo que todo este procedimento de permitir a participação, de fomentar a participação, tem um valor inequívoco não só para o ente colectivo Região, mas também para o próprio particular, também é certo que essas coisas se devem processar com regras e com fiscalização.

A Comissão entendeu também que essas regras deveriam ser postas de uma forma muito clara e muito precisa neste diploma, ou seja, é apoiada a participação quando efectivamente ela se realize.

Cria-se um sistema de fiscalização em que o próprio interessado em usufruir desse benefício é corresponsabilizado na apresentação de documentos comprovativos da participação da organização e também é corresponsabilizada a entidade que organiza, que promove esta actividade cultural, desportiva ou social.

Cria-se aqui um sistema em que se entrecruzam diversos entes, na tentativa de provar que efectivamente foi este benefício utilizado para aquilo que foi pedido.

Assim sendo, quanto à bancada do Partido Socialista, com esse sistema de fiscalização, conclui-se o círculo que pode de certa forma configurar uma solução — perfeita não existe — o melhor possível, que consegue conciliar, por um lado o interesse de participação cultural, e é importante e válido, e por outro lado, o interesse que subjaz, como é óbvio, a todas as relações laborais, sejam elas da parte de entes públicos como entidade patronal, seja de entes privados.

Por último, uma referência também especial à questão dos estudantes que aqui também é contemplada, conforme já disse e que com este triângulo se consegue um diploma com um bom ponto de equilíbrio e um diploma que, a ser devidamente aproveitado, tem tudo para oferecer em termos de potencialidades e de benefícios para fomentar a participação cultural aqui na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Popular, como é óbvio e uma vez que participou em sede de Comissão na consensualização dessas matérias, irá votar favoravelmente este diploma.

Este diploma, como disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bem — foi um pouco o porta-voz da Comissão de Assuntos Sociais, portanto não vou repetir o que ele já disse — condensa e sistematiza as normas que estavam dispersas, quer pelas duas propostas que estavam na Comissão, quer pela legislação já existente, o que facilita sobremaneira a consulta.

As regras que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro enumerou eram nossa preocupação.

Porém, ficou por mencionar, única e simplesmente, a questão do artigo 14º que tem a ver com as remunerações.

É um facto que na legislação avulsa que existia, a não condensação e a não sistematização da legislação, poderia levar a que, *in extremis*, o mesmo indivíduo viesse a usufruir de acumulações de períodos de dispensa, chegando a estar em casa quase dois ou três meses, ou seja, 20 dias pela IPSS, mais 2 pelo desporto, mais 5 por isto, mais 5 por aquilo.

Foi preocupação da Comissão, na redacção deste artigo 14º, limitar em 35 dias úteis por ano, o total das dispensas efectivas.

Há uma preocupação que falámos na Comissão e julgo que é importante que fique aqui registada, isto é, uma preocupação mais do espírito do legislador, que tem a ver com as dispensas para formandos e formadores, no que concerne às acções de formação dentro do espírito deste diploma.

Era apenas essa achega que eu queria dar ao debate sobre este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma breve nota histórica deste processo, uma vez que o esclarecimento sobre o objectivo e a própria estrutura do diploma, estão dados com profundidade e sem qualquer lacuna, quer pelo Deputado Vasco Cordeiro, quer posteriormente e complementado pela intervenção do Deputado Nuno Almeida e Sousa.

De qualquer modo, uma pequena nota que sendo diferente destas que já aqui foram dadas, é necessário que a mesma também fique aqui registada.

Por um lado, a congratulação do PSD que teve a primeira iniciativa do seu projecto de dispensa de serviço para actividades culturais, no estímulo dos deputados do PSD que foram eleitos pelo círculo da Ilha do Pico. Posteriormente, teve o acompanhamento de uma proposta do Governo e foi possível aqui enquadrar, quer no texto do PSD quer no texto do Governo, e perceber que havia matéria e razão para consenso, não só dos dois proponentes, mas também como todos os outros partidos da oposição.

Creio que valoriza essa postura, porque o que se pretende aqui com esse diploma é, por um lado, registar o quadro jurídico já existente como bom, fazer um esforço para aperfeiçoá-lo e unificar facilitando a própria consulta, acrescentar-lhe aqui a dispensa para as actividades culturais, e por outro lado, dar uma nota clara, ou seja, que o Parlamento e a Região, pretendem que hajam estímulos para o voluntarismo na participação de actividades culturais — não são participações profissionais, mas são de voluntários que não tenham por isso outras dificuldades na participação — quer por via profissional, quer por via de participação na escola, porque isso tanto abrange trabalhadores por conta de outrem, como estudantes.

Foi possível fazer um trabalho de consenso, um esforço meritório que importa louvar, no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais. Por isso não foi difícil encontrar a formulação regimental mais adequada que desse nota desse consenso e do trabalho de todos os partidos, não só dos dois proponentes, mas também dos outros que estão representados aqui no Parlamento e daí a Comissão ter apresentado, como apresenta, um texto de substituição.

Fica a nota para a Região de que de facto o que nós queremos é potenciar a participação de trabalhadores por conta de outrém e de estudantes, em actividades culturais, desportivas, sociais, sobretudo aquelas no âmbito das Instituições Particulares de Solidariedade Social e em Actividades de Associativismo Juvenil.

Fica esta nota com o estímulo que, todavia, promove um equilíbrio de bom senso na relação entre o estímulo para a participação e a ausência quer da escola, quer do trabalho.

Há aqui um limite para estas dispensas e para essa relevação de faltas que é feita, exactamente, por um lado, ponderando o equilíbrio do interesse que a Região tem nessa participação voluntária e, por outro lado, que não desestabilize nem o currículo escolar do estudante, nem sequer a participação do trabalhador na sua empresa.

Fica por isso esta nota de bom senso que qualquer dos proponentes e os próprio partidos representados na Comissão tiveram, para que se introduzisse, como salientou e bem o Deputado Nuno Almeida e Sousa, um artigo de cumulações.

Era razoável que se desse mais dias do que aqueles que estão estabelecidos para participação na actividade, mas que não fosse sem limite.

Por outro lado, os procedimentos para o requerimento e para a concepção foram feitos aqui de forma creio que inequívoca, de forma bem transparente e clara, que não levanta problemas, apesar do que o Sr. Secretário aqui informou e penso que no tom adequado, no tom que é o espírito do legislador, quer dos proponentes, quer posteriormente de toda a Assembleia, enquanto colaboradora na Comissão de Assuntos Sociais para o texto de substituição, ou seja, de que não haja um vazio legislativo entre a revogação dos diplomas anteriores e a entrada em vigor deste e a respectiva regulamentação.

Os procedimentos devem manter-se em contínuo, sem qualquer provocação de instabilidade quanto a este período de espera pela regulamentação.

O Sr. Secretário, dando aqui a sua palavra, quando passar aos respectivos consequentes actos, fazendo honra ao entendimento e à interpretação que dá, garantirá que tudo terá normalidade durante esse período.

Fica por isso o elogio à Assembleia, à sua capacidade legislativa e sobretudo nos grandes pontos de interesse público, às possibilidades de consenso e ao trabalho

realizado também nas comissões especializadas desta Assembleia em produzir actos legislativos que vão de encontro às expectativas das pessoas e, sobretudo aos projectos de todos os partidos políticos representados na mesma.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar um diploma que tem o texto alternativo proveniente da Comissão, onde foi possível que, embora partindo de perspectivas com algumas diferenças, todas as forças políticas aqui representadas se entendessem, no sentido de uma aprovação unânime e consensual em relação a uma matéria que interessa a Região e interessa muitos voluntários que participem em actividades sociais, culturais, associativas, desportivas, etc..

Nós consideramos que é dignificante para a própria Assembleia Legislativa Regional, quando é possível que as 4 forças políticas aqui presentes possam ter consensualizado opiniões, ter chegado a entendimentos e, em relação a determinadas matérias, ter opiniões finais exactamente iguais.

Aliás, pensamos que será também de apreciar, no futuro, numa situação em que quatro forças políticas, em relação a determinada matéria, apenas três se entendem sobre a mesma, apesar dos conceitos diferentes que temos sobre os conceitos político-ideológicos gerais, penso que esse entendimento entre três devia ser dignificado pelos quatro.

Ou até mesmo quando duas se entendem em relação a essa matérias, pensamos que esse entendimento deve ser apreciado por todos aqueles que aqui estão a exercer funções.

Efectivamente, esse sentido do diálogo, esse sentido do entendimento e do aperfeiçoamento da democracia, na nossa opinião, é fundamental para a nossa aprendizagem contínua da vivência democrática.

É um caso concreto, há muitos outros e no futuro muitos ainda irão existir.

Nós estamos perante um documento que, por um lado, vem condensar num Decreto Legislativo Regional alguma matéria que estava dispersa por dois ou três e, por outro

lado, vem inclusivamente colmatar algumas lacunas que existiam e que neste momento, pelo menos essas que foram detectadas, deixarão de existir.

É um trabalho meritório, um trabalho que entendemos que deve ser realçado.

Há uma situação que nós levantámos anteriormente — e já foi referida pelo Sr. Secretário e pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro — que consideramos que está ultrapassada e que não é necessário existir uma norma transitória em relação a ela, mas é necessário que fique perfeitamente claro — e da nossa parte está claro, até depois do compromisso assumido pelo Sr. Secretário — de que efectivamente vamos ter um período de regulamentação que é fixado em 60 dias ou menos.

É fundamental que se assuma com clareza, e em nosso entender isso está compreendido, que enquanto esta regulamentação não existir, tem que haver por parte da entidade titular, ou seja, a Secretaria Regional, a compreensão de que durante esses 60 dias é necessário que os processos sigam o seu curso normal.

Que se cumpra aquilo que está aqui a ser aprovado e que haja uma vontade extrema para não criar qualquer dificuldade, embora se saiba que a regulamentação vai levar 60 dias, mas admitimos perfeitamente que durante esse período, possam existir processos em curso que vão ter que ter a sua tramitação normal, mesmo sem a dita regulamentação e, concretamente, com a necessidade que há da parte da administração em declarar determinada prova, determinado acto, ou determinada iniciativa como é de interesse público.

Esta é uma matéria que da nossa parte está entendida, mas também entendemos que a mesma deve ficar clara nesta discussão que agora estamos a ter.

Em conclusão vamos votar, como já disse, favoravelmente esta matéria, considerando que foi uma matéria onde houve, por parte da Assembleia, um trabalho meritório que deve ser realçado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Só mais uma achega em relação a tudo o que já foi dito, porque neste momento o assunto está esgotado.

No entanto, como foi aqui referido que este diploma contempla a lacuna que se fazia sentir em relação às actividades culturais, cujos apoios já estavam devidamente legislados, eu só queria lembrar — nunca é de mais lembrar, porque é algo que todos nós nos devemos orgulhar por isso nunca é demais continuar a propagandear — que esta nossa rica indiossincrasia cultural, se organiza, e isto de acordo com dados que pedi à Direcção Regional da Cultura, neste momento, com 107 filarmónicas, 91 grupos folclóricos, 30 grupos instrumentais de corda e 16 grupos corais.

Isto vai de encontro às expectativas dos justos anseios de todos estes nossos concidadãos que, de livre vontade, dão o melhor que sabem e podem, das suas aptidões inatas ou aprendidas.

Presidente: Concluído o debate na generalidade, vou pôr os diplomas à votação.

Em primeira lugar, vamos proceder à votação conjunta dos diplomas na generalidade.

Quando passarmos à discussão na especialidade discutiremos o texto da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com o Projecto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à discussão na especialidade e para o efeito, tomaremos como referência o texto da Comissão.

Se não virem inconveniente, eu poria à discussão simultaneamente capítulo, a capítulo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu penso que dada a unanimidade que está na base do diploma, não haveria nenhum problema quer na discussão, quer na votação, se fizesse tudo em conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Por mim tudo bem e habitualmente eu faço assim.

Está aberta a discussão de todos os artigos do diploma.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O conjunto de artigos postos à discussão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Vamos encerrar os nossos trabalhos.

O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Gostaria de informar que por decisão unânime da conferência de líderes, o ponto 2 da nossa ordem de trabalhos referente aos instrumentos de gestão territorial, baixa novamente à Comissão.

Retomaremos os nossos trabalhos amanhã às 11.00 horas, com o último ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje.

Boa noite.

Muito obrigado.

(Eram 19 horas e 45 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Augusto António Rua **Elavai**

Francisco Couto de **Sousa**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

—

A Redactora Principal, *Maria da Conceição Fraga Branco*